



Diário Oficial Eletrônico do Município de Joinville

Nº 188, quarta-feira, 15 de abril de 2015

DECRETO Nº 24.351 de 13 de abril de 2015.

Promove nomeação.

O Prefeito Municipal de Joinville, no exercício de suas atribuições, e em conformidade com o art. 68, inciso IX, da Lei Orgânica do Município, e o artigo 16, da Lei Complementar nº 266, de 5 de abril de 2008.

NOMEIA

a partir de 15 de abril de 2015, na Secretaria de Educação:

- Shanna de Lima, matrícula 46.366, no cargo de Professor Educação Infantil.
- Tatiane Jeske Mendes, matrícula 46.370, no cargo de Professor 1-5 Ensino Fundamental Séries Inicias.

Rodrigo Coelho

Prefeito, em Exercício

Rosane Bonessi Dias

Secretária de Gestão de Pessoas



Documento assinado eletronicamente por **ROSANE BONESSI DIAS, Secretário (a)**, em 14/04/2015, às 14:05, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



Documento assinado eletronicamente por **RODRIGO COELHO, Prefeito em Exercício**, em 14/04/2015, às 22:40, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://portalsei.joinville.sc.gov.br/> informando o código verificador **0098378** e o código CRC **18A36082**.

DECRETO Nº 24.352 de 13 de abril de 2015.

Promove nomeação.

O Prefeito Municipal de Joinville, no exercício de suas atribuições, e em conformidade com o art. 68, inciso IX, da Lei Orgânica do Município, e o artigo 16, da Lei Complementar nº 266, de 5 de abril de 2008.

NOMEIA

a partir de 15 de abril de 2015, na Secretaria de Administração e Planejamento:

- Diego Vinicius Lima Souza, matrícula 46.367, no cargo de Analista de Tecnologia de Informação.

Rodrigo Coelho

Prefeito, em exercício

Rosane Bonessi Dias

Secretária de Gestão de Pessoas



Documento assinado eletronicamente por **ROSANE BONESSI DIAS, Secretário (a)**, em 14/04/2015, às 14:05, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



Documento assinado eletronicamente por **RODRIGO COELHO, Prefeito em Exercício**, em 14/04/2015, às 22:40, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://portalsei.joinville.sc.gov.br/> informando o código verificador **0098423** e o código CRC **2D272056**.

DECRETO Nº 24.353 de 13 de abril de 2015.

Promove admissão.

O Prefeito Municipal de Joinville, no exercício de suas atribuições, e em conformidade com a Lei Complementar nº 230, de 10 de abril de 2007:

ADMITE, por tempo determinado, pelo prazo de 92 (noventa e dois) dias, na Secretaria de Educação, a partir de 15 de abril de 2015, com base no inciso VII, do artigo 2º da lei citada:

- Zanete Aparecida Buccio Ramos, matrícula 46.368, para o cargo de Cozinheiro.

Rodrigo Coelho

Prefeito, em Exercício

Rosane Bonessi Dias

Secretária de Gestão de Pessoas



Documento assinado eletronicamente por **ROSANE BONESSI DIAS, Secretário (a)**, em 14/04/2015, às 14:05, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



Documento assinado eletronicamente por **RODRIGO COELHO**,
Prefeito em Exercício, em 14/04/2015, às 22:40, conforme a Medida
Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001 e o Decreto Municipal nº 21.863,
de 30/01/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site
<https://portalsei.joinville.sc.gov.br/> informando o código verificador **0098433** e o
código CRC **F2E2CB1C**.

DECRETO Nº 24.354 de 13 de abril de 2015.

Promove nomeação.

O Prefeito Municipal de Joinville, no exercício de suas atribuições, e em conformidade com o art. 68, inciso IX, da Lei Orgânica do Município, e o artigo 16, da Lei Complementar nº 266, de 5 de abril de 2008.

NOMEIA

a partir de 27 de abril de 2015, na Secretaria do Meio Ambiente.

- **Alexsandro Garcia**, matrícula 46.342, no cargo de Geógrafo.

Rodrigo Coelho

Prefeito, em Exercício

Rosane Bonessi Dias

Secretária de Gestão de Pessoas



Documento assinado eletronicamente por **ROSANE BONESSI DIAS**,
Secretário (a), em 14/04/2015, às 14:05, conforme a Medida Provisória
nº 2.200-2, de 24/08/2001 e o Decreto Municipal nº 21.863, de
30/01/2014.



Documento assinado eletronicamente por **RODRIGO COELHO**,
Prefeito em Exercício, em 14/04/2015, às 22:40, conforme a Medida
Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001 e o Decreto Municipal nº 21.863,
de 30/01/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site
<https://portalsei.joinville.sc.gov.br/> informando o código verificador **0098440** e o
código CRC **CAB75020**.

DECRETO Nº 24.356 de 13 de abril de 2015.

Promove nomeação.

O Prefeito Municipal de Joinville, no exercício de suas atribuições, e em conformidade com o art. 68, inciso IX, da Lei Orgânica do Município, e o artigo 16, da Lei Complementar nº 266, de 5 de abril de 2008.

NOMEIA

a partir de 16 de abril de 2015, na Secretaria de Administração e Planejamento:

- Letícia Simioni Couto, matrícula 46.373, no cargo de Analista de Tecnologia de Informação .

Rodrigo Coelho

Prefeito, em Exercício

Rosane Bonessi Dias

Secretária de Gestão de Pessoas



Documento assinado eletronicamente por **ROSANE BONESSI DIAS**,
Secretário (a), em 14/04/2015, às 14:05, conforme a Medida Provisória
nº 2.200-2, de 24/08/2001 e o Decreto Municipal nº 21.863, de
30/01/2014.



Documento assinado eletronicamente por **RODRIGO COELHO**,
Prefeito em Exercício, em 14/04/2015, às 22:40, conforme a Medida
Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001 e o Decreto Municipal nº 21.863,
de 30/01/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site
<https://portalsei.joinville.sc.gov.br/> informando o código verificador **0098450** e o
código CRC **547EEE16**.

DECRETO Nº 24.357 de 13 de abril de 2015.

Promove nomeação.

O Prefeito Municipal de Joinville, no exercício de suas atribuições, e em conformidade com o art. 68, inciso IX, da Lei Orgânica do Município, e o artigo 16, da Lei Complementar nº 266, de 5 de abril de 2008.

NOMEIA

a partir de 16 de abril de 2015, na Secretaria de Infraestrutura Urbana:

- Marcelo Luis da Silva, matrícula 46.371, no cargo de Agente Operacional de Edificações e Obras.

Rodrigo Coelho

Prefeito, em Exercício

Rosane Bonessi Dias

Secretária de Gestão de Pessoas



Documento assinado eletronicamente por **ROSANE BONESSI DIAS**,
Secretário (a), em 14/04/2015, às 14:05, conforme a Medida Provisória
nº 2.200-2, de 24/08/2001 e o Decreto Municipal nº 21.863, de
30/01/2014.



Documento assinado eletronicamente por **RODRIGO COELHO**,
Prefeito em Exercício, em 14/04/2015, às 22:40, conforme a Medida
Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001 e o Decreto Municipal nº 21.863,
de 30/01/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site
<https://portalsei.joinville.sc.gov.br/> informando o código verificador **0098452** e o
código CRC **FDC86149**.

DECRETO Nº 24.358 de 13 de abril de 2015.

Promove nomeação.

O Prefeito Municipal de Joinville, no exercício de suas atribuições, e em conformidade com o art. 68, inciso IX, da Lei Orgânica do Município, e o artigo 16, da Lei Complementar nº 266, de 5 de abril de 2008.

NOMEIA

a partir de 16 de abril de 2015, na Secretaria de Educação:

- Hegel Rodrigues Botelho, matrícula 46372, no cargo de Professor Educação Infantil e Ensino Fundamental Educação Física.
- Kathlen Andreia Roos dos Santos, matrícula 46375, no cargo de Professor 1-5 do Ensino Fundamental Séries Iniciais.
- Maria Julia Flores Gianelli, matrícula 46376, no cargo de Professor Educação Infantil e Ensino Fundamental Educação Física.
- Edilaine Blem da Silva Santos, matrícula 46377, no cargo de Professor 1-5 do Ensino Fundamental Séries Iniciais.
- Analucia Manoel Jacinto Vieira, matrícula 46378, no cargo de Auxiliar de Educador.

Rodrigo Coelho

Prefeito, em Exercício

Rosane Bonessi Dias

Secretária de Gestão de Pessoas



Documento assinado eletronicamente por **ROSANE BONESSI DIAS**, **Secretário (a)**, em 14/04/2015, às 14:05, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



Documento assinado eletronicamente por **RODRIGO COELHO**, **Prefeito em Exercício**, em 14/04/2015, às 22:40, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://portalsei.joinville.sc.gov.br/> informando o código verificador **0098466** e o código CRC **D40A6F5C**.

DECRETO Nº 24.363 de 14 de abril de 2015.**Promove admissão.**

O Prefeito Municipal de Joinville, no exercício de suas atribuições, e em conformidade com a Lei Complementar nº 230, de 10 de abril de 2007:

ADMITE, por tempo determinado, pelo prazo de 92 (noventa e dois) dias, na Secretaria da Saúde, a partir de 14 de abril de 2015, com base no inciso VII, do artigo 2º da lei citada:

- Monica Montemor Bertazo, matrícula 46.384, para o cargo de Médico Clínica Médica.

Rodrigo Coelho

Prefeito, em Exercício

Rosane Bonessi Dias

Secretária de Gestão de Pessoas



Documento assinado eletronicamente por **ROSANE BONESSI DIAS, Secretário (a)**, em 14/04/2015, às 14:05, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



Documento assinado eletronicamente por **RODRIGO COELHO, Prefeito em Exercício**, em 14/04/2015, às 22:40, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://portalsei.joinville.sc.gov.br/> informando o código verificador **0099120** e o código CRC **6D87F375**.

DECRETO Nº 24.368 de 14 de abril de 2015.

Promove Nomeação.

O Prefeito de Joinville, no exercício de suas atribuições, e em conformidade com o artigo 16, da Lei Complementar n.º 266, de 05 de abril de 2008,

NOMEIA, para o Hospital Municipal São José:

- Juliana Kaczmarek, matrícula 8724-4, para o cargo de Médico Plantonista - Anestesiologista, a partir de 25 de março de 2015.

Rodrigo Coelho

Prefeito, em exercício

Rosane Bonessi Dias

Secretária de Gestão de Pessoas



Documento assinado eletronicamente por **ROSANE BONESSI DIAS, Secretário (a)**, em 14/04/2015, às 14:05, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



Documento assinado eletronicamente por **RODRIGO COELHO**,
Prefeito em Exercício, em 14/04/2015, às 22:40, conforme a Medida
Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001 e o Decreto Municipal nº 21.863,
de 30/01/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site
<https://portalsei.joinville.sc.gov.br/> informando o código verificador **0099169** e o
código CRC **F985D43A**.

DECRETO Nº 24.369 de 14 de abril de 2015.

Promove Nomeações.

O Prefeito de Joinville, no exercício de suas atribuições, e em conformidade com o artigo 16, da Lei Complementar n.º 266, de 05 de abril de 2008,

NOMEIA, para o Hospital Municipal São José:

- Giorgio Pretto, matrícula 8725-5, para o cargo de Médico Plantonista - Anestesiologista, a partir de 1 de abril de 2015;
- João Ricardo da Rocha Bohrz, matrícula 8726-6, para o cargo de Médico Plantonista - Ortopedista, a partir de 2 de abril de 2015;
- Olinda Dalcim, matrícula 8727-7, para o cargo de Técnico em Enfermagem, a partir de 1 de abril de 2015;
- Dieine Patrícia Werner, matrícula 8728-8, para o cargo de Técnico em Enfermagem, a partir de 1 de abril de 2015;
- Deyse Adriana Lombardi, matrícula 8729-9, para o cargo de Técnico em Enfermagem, a partir de 2 de abril de 2015;
- Greicy Alves dos Santos Oliveira, matrícula 8730-0, para o cargo de Técnico em Enfermagem, a partir de 2 de abril de 2015;
- Herbert Garcia Fernandes, matrícula 8731-1, para o cargo de Técnico em Enfermagem, a partir de 2 de abril de 2015;

- Sarah Caroline Fernandes Cardoso, matrícula 8732-2, para o cargo de Técnico em Enfermagem, a partir de 2 de abril de 2015;

- Darlan de Oliveira, matrícula 8733-3, para o cargo de Médico Plantonista - Anestesiologista, a partir de 2 de abril de 2015;

- Giorgio José Capozzoli Diniz, matrícula 8734-4, para o cargo de Agente Administrativo, a partir de 6 de abril de 2015;

- Vinicius Ornel dos Santos, matrícula 8735-5, para o cargo de Enfermeiro, a partir de 7 de abril de 2015.

Rodrigo Coelho

Prefeito, em exercício

Rosane Bonessi Dias

Secretária de Gestão de Pessoas



Documento assinado eletronicamente por **ROSANE BONESSI DIAS, Secretário (a)**, em 14/04/2015, às 14:05, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



Documento assinado eletronicamente por **RODRIGO COELHO, Prefeito em Exercício**, em 14/04/2015, às 22:40, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://portalsei.joinville.sc.gov.br/> informando o código verificador **0099174** e o código CRC **5917B4EC**.

DECRETO Nº 24.370 de 14 de abril de 2015.

Promove Admissão.

O Prefeito de Joinville, no exercício de suas atribuições e em conformidade com a Lei Complementar n.º 230, de 10 de abril de 2007,

Admite por Tempo Determinado, pelo prazo de 180 dias, no Hospital Municipal São José, com base no inciso VI, do Art. 2º da citada lei:

- Camila Nascimento Gomes, matrícula 8737-7, para o cargo de Manipulador de Dietas, a partir de 8 de abril de 2015.

Rodrigo Coelho

Prefeito, em exercício

Rosane Bonessi Dias

Secretária de Gestão de Pessoas



Documento assinado eletronicamente por **ROSANE BONESSI DIAS**, **Secretário (a)**, em 14/04/2015, às 14:05, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



Documento assinado eletronicamente por **RODRIGO COELHO**, **Prefeito em Exercício**, em 14/04/2015, às 22:40, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://portalsei.joinville.sc.gov.br/> informando o código verificador **0099179** e o código CRC **A2BE56B8**.

DECRETO Nº 24.371 de 14 de abril de 2015.

Promove Nomeação.

O Prefeito de Joinville, no exercício de suas atribuições, e em conformidade com o artigo 16, da Lei Complementar n.º 266, de 05 de abril de 2008,

NOMEIA, para o Hospital Municipal São José:

- Ondina Soares Correa, matrícula 8736-6, para o cargo de Técnico em Enfermagem, a partir de 8 de abril de 2015.

Rodrigo Coelho

Prefeito, em exercício

Rosane Bonessi Dias

Secretária de Gestão de Pessoas



Documento assinado eletronicamente por **ROSANE BONESSI DIAS, Secretário (a)**, em 14/04/2015, às 14:05, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



Documento assinado eletronicamente por **RODRIGO COELHO, Prefeito em Exercício**, em 14/04/2015, às 22:40, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://portalsei.joinville.sc.gov.br/> informando o código verificador **0099182** e o código CRC **C8292FB8**.

DECRETO Nº 24.364 de 14 de abril de 2015.**Promove admissão.**

O Prefeito Municipal de Joinville, no exercício de suas atribuições, e em conformidade com a Lei Complementar nº 230, de 10 de abril de 2007:

ADMITE, por tempo determinado, pelo prazo de 92 (noventa e dois) dias, na Secretaria da Saúde, a partir de 22 de abril de 2015, com base no inciso VII, do artigo 2º da lei citada:

- Reder Ahmad Janani Junior, matrícula 46.386, para o cargo de Médico Clínica Médica.
- Reder Ahmad Janani Junior, matrícula 46.387, para o cargo de Médico Clínica Médica.

Rodrigo Coelho

Prefeito, em Exercício

Rosane Bonessi Dias

Secretária de Gestão de Pessoas



Documento assinado eletronicamente por **ROSANE BONESSI DIAS**, **Secretário (a)**, em 14/04/2015, às 14:05, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



Documento assinado eletronicamente por **RODRIGO COELHO**, **Prefeito em Exercício**, em 14/04/2015, às 22:40, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://portalsei.joinville.sc.gov.br/> informando o código verificador **0099131** e o código CRC **0B02908B**.

DECRETO Nº 24.365 de 14 de abril de 2015.**Promove nomeação.**

O Prefeito Municipal de Joinville, no exercício de suas atribuições, e em conformidade com o art. 68, inciso IX, da Lei Orgânica do Município, e o artigo 16, da Lei Complementar nº 266, de 5 de abril de 2008.

NOMEIA

a partir de 22 de abril de 2015, na Secretaria de Educação:

- Marcia Xavier Pereira, matrícula 46.383, no cargo de Auxiliar de Educador.
- Michele de Oliveira Alves Kammradt, matrícula 46.385, no cargo de Professor 1-5 Ensino Fundamental Séries Iniciais.

Rodrigo Coelho

Prefeito, em Exercício

Rosane Bonessi Dias

Secretária de Gestão de Pessoas



Documento assinado eletronicamente por **ROSANE BONESSI DIAS, Secretário (a)**, em 14/04/2015, às 14:05, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



Documento assinado eletronicamente por **RODRIGO COELHO, Prefeito em Exercício**, em 14/04/2015, às 22:40, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://portalsei.joinville.sc.gov.br/> informando o código verificador **0099144** e o código CRC **07E07C9F**.

DECRETO Nº 24.366 de 14 de abril de 2015.**Promove nomeação.**

O Prefeito Municipal de Joinville, no exercício de suas atribuições, e em conformidade com o art. 68, inciso IX, da Lei Orgânica do Município, e o artigo 16, da Lei Complementar nº 266, de 5 de abril de 2008.

NOMEIA

a partir de 22 de abril de 2015, na Secretaria da Saúde:

- Leonardo Gabriel Möller, matrícula 46.381, no cargo de Médico Otorrinolaringologista.

Rodrigo Coelho

Prefeito, em Exercício

Rosane Bonessi Dias

Secretária de Gestão de Pessoas



Documento assinado eletronicamente por **ROSANE BONESSI DIAS, Secretário (a)**, em 14/04/2015, às 14:05, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



Documento assinado eletronicamente por **RODRIGO COELHO, Prefeito em Exercício**, em 14/04/2015, às 22:40, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://portalsei.joinville.sc.gov.br/> informando o código verificador **0099150** e o código CRC **C53F6DB7**.

DECRETO Nº 24.367 de 14 de abril de 2015.**Promove nomeação.**

O Prefeito Municipal de Joinville, no exercício de suas atribuições, e em conformidade com o art. 68, inciso IX, da Lei Orgânica do Município, e o artigo 16, da Lei Complementar nº 266, de 5 de abril de 2008.

NOMEIA

a partir de 22 de abril de 2015, na Secretaria de Administração e Planejamento:

- **Alexandro Althof Petry**, matrícula 35.970, no cargo de Analista de Tecnologia de Informação.

Rodrigo Coelho

Prefeito, em Exercício

Rosane Bonessi Dias



Documento assinado eletronicamente por **ROSANE BONESSI DIAS, Secretário (a)**, em 14/04/2015, às 14:05, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



Documento assinado eletronicamente por **RODRIGO COELHO, Prefeito em Exercício**, em 14/04/2015, às 22:40, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://portalsei.joinville.sc.gov.br/> informando o código verificador **0099156** e o código CRC **13DA880D**.

DECRETO Nº 24.359 de 13 de abril de 2015.

Promove exoneração.

O Prefeito de Joinville, no exercício de suas atribuições, e em conformidade com o art. 68, inciso IX, da Lei Orgânica do Município e com o art. 33, § 2º, inciso I, da Lei Complementar nº 266/08,

EXONERA, na Subprefeitura Centro Norte, a partir de 13 de abril de 2015:

- José Henrique Schosslund, do cargo de Coordenador I.

Rodrigo Coelho

Prefeito, em exercício



Documento assinado eletronicamente por **RODRIGO COELHO, Prefeito em Exercício**, em 14/04/2015, às 22:41, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://portalsei.joinville.sc.gov.br/> informando o código verificador **0098622** e o código CRC **EEB23530**.

DECRETO Nº 24.360 de 13 de abril de 2015.

Promove nomeação.

O Prefeito de Joinville, no exercício de suas atribuições, e em conformidade com o art. 68, inciso IX, da Lei Orgânica do Município e o art. 16, inciso II, da Lei Complementar nº 266/08,

NOMEIA, na Secretaria do Meio Ambiente, a partir de 14 de abril de 2015:

- José Henrique Schossland, para o cargo de Coordenador I da área de Fiscalização Ambiental.

Rodrigo Coelho

Prefeito, em exercício



Documento assinado eletronicamente por **RODRIGO COELHO**, **Prefeito em Exercício**, em 14/04/2015, às 22:41, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://portalsei.joinville.sc.gov.br/> informando o código verificador **0098625** e o código CRC **09BF0F61**.

DECRETO Nº 24.361 de 13 de abril de 2015.

Declara de utilidade pública, área de terra de propriedade de MRV ENGENHARIA E

PARTICIPAÇÕES S/A localizada na Rua Henrique R. G. Henning, no bairro Costa e Silva.

O Prefeito de Joinville, no exercício de suas atribuições, e em conformidade com o disposto no art. 6º, do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941,

DECRETA:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública, nos termos do art. 5º, alínea “i”, do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, para efeito de desapropriação amigável ou judicial, a área de terra adiante descrita, de propriedade de MRV ENGENHARIA E PARTICIPAÇÕES S/A ou de quem de direito, destinada a futuro prolongamento da Rua Adalberto Schmalz, bairro Costa e Silva, nesta cidade.

“Uma área de terra de formato irregular situado nesta cidade, fazendo frente a oeste, medindo 12,71m (doze metros e setenta e um centímetros), com a Rua Pouso Alegre, tendo de fundos pelo lado direito a sul, 2 (duas) linhas, a primeira em curva defletindo a direita com raio 44m (quarenta e quatro metros), medindo em desenvolvimento de curva 32,95m (trinta e dois metros e noventa e cinco centímetros), a segunda também em curva defletindo a esquerda com raio de 56m (cinquenta e seis metros), medindo em desenvolvimento de curva 2,35m (dois metros e trinta e cinco centímetros), ambas confrontando-se com lote 3 (remanescente da matrícula 146.678), fundos pelo lado esquerdo a norte, com 2 (duas) linhas, a primeira em curva defletindo a direita com raio de 56m (cinquenta e seis metros), medindo em desenvolvimento de curva 41,90m (quarenta e um metros e noventa centímetros), a segunda também em curva defletindo a esquerda com raio de 44m (quarenta e quatro metros), medindo em desenvolvimento de curva 23,48m (vinte e três metros e quarenta e oito centímetros), ambas confrontando-se com o lote 2 (remanescente da matrícula 146.678), e fazendo o travessão dos fundos a sudeste, medindo 26,11m (vinte e seis metros e onze centímetros), confrontando-se com terras de Rolf Bachtold, edificação nº 194, (futuro prolongamento da Rua Adalberto Schmalz), contendo a área total 548,87m² (quinhentos e quarenta e oito vírgula oitenta e sete metros quadrados). Sem benfeitorias. O referido imóvel dista pelo seu lado esquerdo de quem de frente olha, 39.87m da Rua Hercílio Luz.”

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Rodrigo Coelho

Prefeito, em Exercício



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://portalsei.joinville.sc.gov.br/> informando o código verificador **0097725** e o código CRC **7136CEEE**.

DECRETO Nº 24.362 de 13 de abril de 2015.

Altera os suplentes das letras “a” e “c”, do inciso II, do art. 1º, do Decreto nº 22.994, de 29 de agosto de 2014, que nomeia membros para integrar o Conselho Municipal de Assistência Social, Gestão 2014/2016.

O Prefeito Municipal de Joinville, no exercício de suas atribuições e em conformidade com os incisos IX e XII, do art. 68, da Lei Orgânica do Município, e

DECRETA:

Art. 1º Ficam alterados os suplentes das letras “a” e “c”, do inciso II, do art. 1º, do Decreto nº 22.994, de 29 de agosto de 2014, que passarão a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º ...

...

II - ...

a) ...

...

Suplente: Beatriz Aparecida de Barros Camilo

...

c) ...

...

Suplente: Elisane Telles de Souza” (NR)

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Rodrigo Coelho

Prefeito, em Exercício



Documento assinado eletronicamente por **RODRIGO COELHO, Prefeito em Exercício**, em 14/04/2015, às 22:41, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://portalsei.joinville.sc.gov.br/> informando o código verificador **0098655** e o código CRC **A36F8712**.

DECRETO Nº 24.372 de 15 de abril de 2015.

Fixa os montantes destinados aos mecanismos do Sistema Municipal de Desenvolvimento pela Cultura - SIMDEC, para o exercício financeiro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JOINVILLE, no uso da atribuição que lhe confere o art. 68, inciso IX, da Lei Orgânica do Município, e em consonância com o art. 8º, da Lei Municipal nº. 5.372, de 16 de dezembro de 2005 e com o art. 22, do Decreto nº. 12.839, de 17 de março de 2006,

DECRETA:

Art. 1º O montante global a ser utilizado no Sistema Municipal de Desenvolvimento pela Cultura - SIMDEC, em projetos culturais aprovados para o exercício de 2015, fica fixado em R\$ 5.712.000,00 (cinco milhões, setecentos e doze mil reais).

Art. 2º Conforme determina a legislação, o montante será dividido equitativamente entre os dois

mecanismos do SIMDEC, a saber:

I - 50% ao Fundo Municipal de Incentivo à Cultura - FMIC, equivalente a R\$ 2.856.000,00 (dois milhões, oitocentos e cinquenta e seis mil reais);

II - 50% ao Mecenato Municipal de Incentivo à Cultura - MMIC, equivalente a R\$ 2.856.000,00 (dois milhões, oitocentos e cinquenta e seis mil reais), autorizados como renúncia fiscal do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN e do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU, na forma e nos limites estabelecidos na Lei.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Rodrigo Coelho

Prefeito, em exercício



Documento assinado eletronicamente por **RODRIGO COELHO**, **Prefeito em Exercício**, em 15/04/2015, às 12:44, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://portalsei.joinville.sc.gov.br/> informando o código verificador **0099600** e o código CRC **6368385A**.

PORTARIA SEI - SES.GAB/SES.CAAP

PORTARIA Nº 39/2015/SMS

Retifica Portaria nº 25/2015/SMS que Institui a Comissão de fiscalização dos contratos nº 095/2015 e 382/2014.

A Secretária da Saúde, Larissa Grun Brandão Nascimento, no uso de suas atribuições,

RESOLVE,

ART.1º - Retificar portaria nº 25/2015/SMS, que institui a Comissão de

Fiscalização dos contratos nº 095/2015(Objeto contratado: aquisição de sistema de climatização central para o Complexo de Emergência Deputado Ulisses Guimarães do HMSJ) e 382/2014 (Objeto contratado: contratação de pessoa jurídica habilitada para prestar serviço de obra de engenharia/arquitetura para execução da obra de reforma do CME (Central de Material Esterelizado de emergência) no HMSJ, Complexo de Emergência Deputado Ulisses Guimarães, passando a ser composta por:

- Paulo Afonso Benkendorf, RG 3258757, CREA 88434-9, Engenheiro Mecânico.;

- Luciana Dambros-SMS-matrícula 44269;
- Maria Helena Ribeiro Kuhlhoff, matrícula 71300;
- Eduardo Antônio Mendes-SMS-matrícula 44185;
- Oscar Miranda Froes Filho-SMS-matrícula 16303;

ART. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

ART. 3º - Esta Portaria entra em vigor à partir da data de sua publicação.

Joinville, 14 abril de 2015.

Larissa Grun Brandão Nascimento
Secretária Municipal da Saúde



Documento assinado eletronicamente por **LARISSA GRUN BRANDAO NASCIMENTO, Secretário (a)**, em 14/04/2015, às 17:34, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://portalsei.joinville.sc.gov.br/> informando o código verificador **0099294** e o código CRC **A054A5A6**.

PORTARIA SEI - SEINFRA.GAB/SEINFRA.UTP

PORTARIA Nº 10/2015

Revogação de Autorização do Serviço de Transporte Especial

O Secretário de Infraestrutura Urbana, no uso de suas atribuições, e considerando que a empresa Autorizatória do Serviço de Transporte Especial, HVR Transportes e Turismo Ltda. Epp., cadastrada sob o nº 147, não manteve suas condições iniciais de habilitação.

Resolve

Revogar a Autorização do serviço especial de fretamento nº 147.



Documento assinado eletronicamente por **PAULO RENATO VECCHIETTI, Secretário (a)**, em 14/04/2015, às 08:38, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://portalsei.joinville.sc.gov.br/> informando o código verificador **0098145** e o código CRC **FEB1CF79**.

PORTARIA SEI - SAS.GAB/SAS.NAD

PORTARIA nº . 19/2015

Designa servidores como representante da Administração Municipal para acompanhamento e fiscalização de contrato.

O Secretário de Assistência Social, no exercício de suas atribuições e conforme disposto no Art. 67 da Lei nº 8666/1993;

RESOLVE

DESIGNAR, os servidores Maria de Lurdes Prebianca Cardoso, matrícula nº 17864, ocupante do cargo de Coordenadora de Abastecimento das Unidades e Julio Cesar

Schneider, matrícula n° 13523, ocupante do cargo de Coordenador dos Serviços e Controle Patrimonial lotados na Secretaria de Assistência Social, como representantes da Administração Municipal para acompanhamento e fiscalização do contrato n° 163/2015 desta Secretaria, com as seguintes atribuições:

I – acompanhamento e fiscalização da execução do mencionado contrato;

II – recebimento provisório e definitivo dos objetos contratuais.

Joinville, 14 de abril de 2015.

Bráulio Barbosa

Secretário



Documento assinado eletronicamente por **BRAULIO CESAR DA ROCHA BARBOSA, Secretário (a)**, em 14/04/2015, às 14:15, conforme a Medida Provisória n° 2.200-2, de 24/08/2001 e o Decreto Municipal n° 21.863, de 30/01/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://portalsei.joinville.sc.gov.br/> informando o código verificador **0098933** e o código CRC **0AF934EC**.

PORTARIA SEI - AMAE.GAB/AMAE.UAD

PORTARIA N° 002/2015

O Presidente da Agência Municipal de Regulação dos Serviços de Água e Esgotos de Joinville - AMAE, em conformidade com a Lei n° 4.924 de 19 de dezembro de 2003 e o Decreto n° 23.613 de 07 de janeiro de 2015:

Anula:

Art. 1º. A revogação da Portaria n° 002/2014, publicada no SEI, em 13 de janeiro de 2015.

Joinville/SC, 15 de abril de 2015.

Marcos Luiz Krelling
Diretor Presidente



Documento assinado eletronicamente por **Marcos Luiz Krelling, Diretor (a) Presidente**, em 15/04/2015, às 10:30, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://portalsei.joinville.sc.gov.br/> informando o código verificador **0099429** e o código CRC **0FB32A33**.

PORTARIA SEI - SEGOV.GAB/SEGOV.UAD

PORTARIA Nº 941/2015

Portaria de nomeação para o cargo de Coordenadora de Tratamento.

O Diretor-Presidente da Companhia Águas de Joinville no exercício de suas atribuições legais de acordo com o disposto no Art. 32, Inciso I, do Estatuto Social Consolidado da Companhia Águas de Joinville,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear a Sra. Rafaela Machado Soares Amorim para o Cargo de Coordenadora de Tratamento interinamente, a partir de 06 de abril de 2015;

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Joinville, 06 de abril de 2015.

ROBERTO LUIZ CARNEIRO

Diretor Presidente



Documento assinado eletronicamente por **Roberto Luiz Carneiro**, **Usuário Externo**, em 15/04/2015, às 09:54, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://portalsei.joinville.sc.gov.br/> informando o código verificador **0099228** e o código CRC **1984BF70**.

EDITAL SEI Nº 0097539/2015 - FCJ.UAD

Joinville, 10 de abril de 2015.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/2015

NÚMERO DO PREGÃO JUNTO AO BANCO DO BRASIL: 580851

A **FUNDAÇÃO CULTURAL DE JOINVILLE**, com sede na Avenida José Vieira, nº 315, bairro América, Joinville/SC – CEP: 89.204-110, inscrita no CNPJ sob nº 83.796.227/0001-12, torna público que fará realizar licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, do tipo **menor preço GLOBAL** para o **Registro de Preços para futura e eventual Aquisição de papel sulfite tamanho A4 para atender a demanda dos setores da Fundação Cultural de Joinville e suas Unidades, conforme especificações no Anexo I e II**, a ser regida pela Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Lei Municipal nº. 4.832, de 22 de setembro de 2003, Decreto 5.450 de 31 de maio de 2005, Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013 e Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, com aplicação subsidiária da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, e demais normas legais federais, estaduais e municipais vigentes.

Os documentos relacionados a seguir fazem parte integrante deste **Pregão**:

| | |
|------------|--|
| Anexo I | Termo de Referência; |
| Anexo II | Quadro de Quantitativos, Especificações Mínimas dos Itens e Valores Estimados/Máximos |
| Anexo III | Modelo de Proposta de Preços; |
| Anexo IV | Modelo de declaração de que o licitante cumpre o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal; |
| Anexo V | Modelo de declaração de atendimento às condições de habilitação; |
| Anexo VI | Modelo sugerido de Atestado de Capacidade Técnica; |
| Anexo VII | Minuta da Ata de Registro de Preços |
| Anexo VIII | Minuta da Autorização de Fornecimento (AF) |
| Anexo IX | Minuta do Contrato; |

1 – DA LICITAÇÃO

1.1 - Do Objeto do Pregão

1.1.1 - A presente licitação tem como objeto o **Registro de Preços para futura e eventual Aquisição de papel sulfite tamanho A4 para atender a demanda dos setores da Fundação Cultural de Joinville e suas Unidades**, de acordo com especificações, quantitativos e condições estabelecidas nos Anexos I e II e nas condições previstas neste Edital.

1.1.2 – O valor máximo admitido para a aquisição do objeto deste Pregão é de **R\$ 23.637,60 (vinte e três mil, seiscientos e trinta e sete reais e sessenta centavos)**, conforme disposto no Anexo II deste Edital.

1.2 - Local: www.licitacoes-e.com.br - “Acesso Identificado”.

1.3 - Referência de Tempo

Todas as referências de tempo no Edital, no Aviso e durante a Sessão Pública observarão obrigatoriamente o horário de Brasília - DF e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

1.4 - Recebimento das propostas

Data/Hora: De 15/04/2015 à 29/04/2015 até às 9h00min.

1.5 - Abertura das propostas

Data/Hora: Dia 29/04/2015 às 09h15min.

1.6 - Início da Sessão de Disputa de Preços

Data/Hora: Dia 29/04/2015 às 10h30min.

1.7 - Término da Sessão Principal

10 minutos para cada lote após o início da sessão de disputa.

1.8 - Término do Período Adicional

Até 30 minutos após o término da sessão principal.

1.9 – Da Execução da Licitação

A Fundação Cultural de Joinville processará a presente licitação, destinando-se o seu objeto a atender as necessidades da sua sede própria e das suas Unidades.

1.10 – O Edital e seus Anexos encontram-se disponíveis no endereço eletrônico identificado no subitem 1.2 e no portal eletrônico da Fundação Cultural de Joinville, na página fundacaocultural.joinville.sc.gov.br, podendo, também, ser requerida junto à Fundação Cultural de Joinville, na Área de Suprimentos e Patrimônio, Avenida José Vieira nº 315, fundos do Centreventos Cau Hansen – 4º andar, Bairro América, Joinville/SC - CEP: 89.204-110, de segunda a sexta-feira, durante o horário de expediente, das 08h às 14h, ou pelo telefone nº (47) 3433-2190, fax nº (47) 3433-2190, e e-mail: licitacao.fcj@joinville.sc.gov.br.

2 – DOS RECURSOS FINANCEIROS

2.1 - As despesas provenientes do objeto desta licitação correrão pela seguinte dotação orçamentária nº 00032.00001.00013.2.00122.00001 – Processos Administrativos – FCJ - 3.3.9.0.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas, Fonte 200 (Despesa 422), 3.3.9.0.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas, Fonte 100 (Despesa 421).

3 - CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.1 - Poderão participar desta licitação as empresas interessadas que atenderem às exigências estabelecidas neste Edital.

3.2 - Não será admitida a participação de proponentes:

3.2.1 – Em falência ou concordata, que se encontrem em processo de recuperação judicial ou extrajudicial, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação;

3.2.2 – Punidos com suspensão do direito de licitar ou contratar com a Administração, inscritos ou não no Cadastro Central de Fornecedores do Município de Joinville, durante o prazo estabelecido para a penalidade;

3.2.3 – Que tenha sido declarado inidôneo por qualquer órgão da Administração direta ou indireta, como qualquer órgão PÚBLICO FEDERAL, ESTADUAL, MUNICIPAL ou do DISTRITO FEDERAL;

3.2.4 – Cujos diretores, gerentes, sócios e empregados sejam servidores ou dirigentes da Administração Pública Municipal;

3.2.5 – É vedada a participação de consórcio;

3.2.6 – Cujos objeto social não seja pertinente e compatível com o objeto da licitação.

4 – DO CREDENCIAMENTO PARA PARTICIPAR DO CERTAME

4.1 – Para acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar do Pregão deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal e intransferível, obtidas junto às agências do **Banco do Brasil S.A. sediadas no País**, sem custo aos proponentes interessados.

4.1.1 - Eventuais dúvidas para obtenção da senha, deverão ser solicitadas pelo **telefone 0800.785678 (BB responde)**.

4.2 - A chave de identificação e a senha terão validade de 01 (um) ano e poderão ser utilizadas em qualquer Pregão Eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou por iniciativa do Banco do Brasil S.A., devidamente justificado.

4.3 - As pessoas jurídicas ou empresários individuais deverão credenciar representantes, mediante a apresentação de procuração por instrumento público ou particular, com firma reconhecida, atribuindo poderes para formular lances de preços e praticar todos os demais atos e operações no “Licitações-e”.

4.4 - Em sendo sócio, proprietário, dirigente (ou assemelhado) do interessado proponente, deverá apresentar cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

4.5 -É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao Município ou ao Banco do Brasil S.A. a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

4.6 - O credenciamento do fornecedor e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico.

4.7 -Todos os representantes deverão identificar o tipo do segmento de atividade que representam.

5 - DA PARTICIPAÇÃO NO CERTAME

5.1 - A participação no certame se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado, e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente, por meio do sistema eletrônico através do site www.licitacoes-e.com.br, opção “Acesso Identificado”, observando a data e o horário limite estabelecidos no item 01 deste Edital.

5.2 – O proponente declarará no sistema, antes de registrar sua proposta, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório.

5.3 – A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará o proponente às sanções previstas neste edital.

5.4 - Caberá ao proponente acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5.5 - No caso de desconexão com o Pregoeiro no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos proponentes para a recepção dos lances, retornando o Pregoeiro, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

5.6 - Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do Pregão será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa aos participantes.

5.7- O proponente deverá comunicar imediatamente ao Banco do Brasil (Órgão provedor do sistema) qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a inviabilidade do uso da senha, para imediato bloqueio de acesso.

6 - DA FORMA DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

6.1 - A proposta de preços escrita deverá ser apresentada em papel datilografado ou impressa por qualquer processo eletrônico, em idioma nacional, sem cotações alternativas, emendas, rasuras ou entrelinhas, devendo a última folha ser datada e assinada pelo representante legal do proponente devidamente identificado e, apresentada em uma via contendo identificação, endereço, telefone, fax e e-mail.

6.1.1 - Não serão aceitas propostas sem a assinatura do representante legal do proponente devidamente identificado;

6.2 - A proposta escrita deverá ser apresentada de acordo com o modelo constante do Anexo III deste Edital e deverá conter:

a) a identificação do objeto ofertado, observadas as especificações constantes nos Anexos do presente Edital, informando as características, modelo, marca e quaisquer outros elementos referentes ao bem cotado, de forma a permitir que o Pregoeiro possa facilmente constatar que as especificações no presente Pregão foram ou não atendidas;

b) o preço unitário e preço total deverão ser cotados em reais, com no máximo 2 (dois) algarismos decimais, e neles estarem inclusas todas e quaisquer despesas, tais como, transportes, seguros, tributos diretos e indiretos incidentes, encargos sociais, remuneração e outros pertinentes ao objeto licitado;

c) o número do item ofertado que deverá corresponder exatamente ao item e quantidade do Anexo II deste Edital;

d) o prazo de validade da proposta, que não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias, contados da data limite para apresentação das propostas neste Pregão.

6.3 - Se a adjudicação não puder ocorrer dentro do período de validade da proposta, ou seja, 60 (sessenta) dias, e caso persista o interesse da Fundação Cultural de Joinville, esta poderá solicitar a prorrogação da validade da proposta por igual prazo.

7 – DO ENVIO DA PROPOSTA PELO SISTEMA ELETRÔNICO

7.1 – Ao enviar sua proposta pelo sistema eletrônico o proponente deverá necessariamente postar apenas os valores unitários do objeto licitado.

7.2 - O encaminhamento de proposta pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital e seus Anexos. O proponente será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

7.3 - O número do item ofertado deverá corresponder exatamente ao item e quantidade do Anexo II deste Edital;

7.4 – Ao apresentar sua proposta é imprescindível que o proponente registre expressamente, no campo “informações adicionais” do sistema eletrônico, a marca, características e quaisquer outros elementos referentes ao bem cotado, de forma a permitir que o Pregoeiro possa facilmente constatar que as especificações no presente Pregão foram ou não atendidas, de acordo com as especificações do Anexo I deste Edital, sob pena de desclassificação.

7.5- Quanto ao valor da proposta postada eletronicamente todas entrarão na disputa de lance, porém somente será classificado o valor da proposta que após os lances estiver dentro do valor estimado máximo, em cumprimento do sub item 10.6 letra “e”.

8 - DA ABERTURA DA SESSÃO ELETRÔNICA E DA FORMULAÇÃO DE LANCES

8.1 - A partir do horário previsto no sistema, terá início a sessão pública do Pregão Eletrônico, com a divulgação das propostas de preços recebidas pelo site já indicado no item 1 deste Edital, passando o Pregoeiro a avaliar a aceitabilidade das propostas.

8.2 - Aberta à etapa competitiva, os representantes dos proponentes deverão estar conectados ao sistema para participar da sessão de lances. A cada lance ofertado o participante será imediatamente informado de seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.

8.2.1 - Só serão aceitos lances cujos valores forem inferiores ao último lance que tenha sido anteriormente registrado no sistema.

8.2.2 - Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

8.2.3 – Não serão admitidos lances que contiverem qualquer elemento que possibilite a identificação do proponente.

8.3 - Durante o transcurso da sessão pública, os participantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado. O sistema não divulgará o autor dos lances aos demais participantes.

8.4 - A etapa de lances da sessão pública será encerrada mediante aviso de fechamento iminente dos lances, emitido pelo sistema eletrônico, no prazo previsto para encerramento. Após o esgotamento do prazo da sessão principal, transcorrerá período adicional de tempo, de até trinta minutos, (tempo randômico que está atrelado ao sistema) findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

8.5 - Após o encerramento do período adicional de tempo na etapa de lances, o sistema identificará a existência da situação de empate prevista no art. 44 da Lei Complementar nº 123/06. Nesse caso o Pregoeiro convocará a Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte que se encontra em situação de empate informando que a mesma deverá, em 5 minutos, ofertar novo lance, inferior ao menor lance registrado. Durante o período, apenas a empresa convocada poderá registrar o novo lance como arrematante.

8.5.1 – Não passando para a condição de arrematante a Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte mais bem classificada, na forma do item anterior, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem nessas categorias e cujas propostas estejam dentro do limite estabelecido no art. 44 da Lei Complementar nº 123/06, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

8.5.2 - Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada.

8.5.3 - O disposto no subitem 8.5 somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte.

9 – DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

9.1 - Os documentos de habilitação, em uma via, preferencialmente, numerados em sequência e rubricados em todas as suas páginas por representante legal do proponente ou preposto, deverão ser apresentados:

- a) em original; ou
- b) cópia autenticada por cartório; ou
- c) cópia autenticada por servidor autorizado da Fundação Cultural de Joinville, mediante a exibição dos originais antes da entrega dos envelopes; ou
- d) exemplar da publicação em órgão da imprensa oficial.

9.1.1 - Somente serão:

- a) aceitos documentos originais, cópias ou publicações legíveis, que ofereçam condições de análise por parte do Pregoeiro;
- b) autenticado(s) documento(s) através da apresentação de seu(s) original(is);

9.1.2 - Serão aceitos comprovantes de regularidade fiscal, obtidos na rede internet, desde que os mesmos tenham sua validade confirmada pelo Pregoeiro, na fase de habilitação.

9.1.3- Deverão ser apresentadas Certidões Negativas ou Positivas com efeito de negativa;

9. - A documentação para fins de habilitação é constituída de:

- a) Certidão Negativa de Débitos relativos aos Tributos Federais e a Dívida Ativa da União;**
- b) Certidão Negativa de Débitos Estaduais, da sede do proponente;**
- c) Certidão Negativa de Débitos Municipais, da sede do proponente;**
- d) Certidão Negativa de Débitos relativos as contribuições previdenciárias e as de terceiros;**
- e) Certidão de Regularidade do FGTS;**
- f) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme Lei 12.440 de 07 de julho de 2011;**
- g) Declaração de que o proponente cumpre o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, conforme Anexo IVdo Edital;**
- h) Certidão negativa de falência ou concordata, recuperação judicial ou extrajudicial,**

expedida pelo Distribuidor do Foro ou Cartório da sede do proponente;

i) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social já exigíveis, contendo as assinaturas do representante legal da empresa e do contador responsável, com os respectivos termos de abertura e encerramento do livro diário, registrado na Junta Comercial ou Cartório de Registro, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios;

i.1) o licitante poderá apresentar balanço patrimonial intermediário a fim de demonstrar alteração relevante em sua capacidade econômico-financeira em relação aos dados contidos no balanço patrimonial anterior, tais como eventos supervenientes (fusão, incorporação, cisão etc.);

i.2) os interessados terão a faculdade de apresentar parecer de empresa de auditoria, o que dispensará a Administração de outras investigações;

i.3) as empresas que adotam ao SPED (Sistema Público Escrituração Digital) deverão apresentar cópia do termo de autenticação e balanço, bem como termo de abertura e encerramento, visados em todas as páginas pelo representante legal da empresa;

j) para avaliar situação financeira do proponente será considerado o Quociente de Liquidez corrente e grau de endividamento, apurado pelas fórmulas abaixo, cujo cálculo deverá ser demonstrado em documento próprio, devidamente assinado por seu representante legal.

$QLC = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE}}$:

PASSIVO CIRCULANTE

- cujo resultado deverá ser maior ou igual a 1,00

$QGE = \frac{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{EXIG. LGO PRAZO}}{\text{ATIVO TOTAL}}$:

ATIVO TOTAL

- cujo resultado deverá ser menor ou igual a 1,00

OBS :Índices justificados de acordo com o § 5º do art. 31 da Lei 8.666/93

k) apresentar no mínimo 01 (um) Atestado de Capacidade Técnica, de fornecimento de material compatível com 50% do quantitativo do objeto da presente licitação, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando a aptidão do proponente para o fornecimento de bens em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação.

9.2.1 Os proponentes inscritos no Cadastro Geral de Fornecedores do Município de

Joinville deverão apresentar **Certificado de Registro Cadastral - CRC**, válido na data limite fixada para a apresentação dos documentos neste Pregão emitido pela Unidade de Suprimentos, da Secretaria de Administração.

9.2.1.1 – Os interessados inscritos no Cadastro Geral de Fornecedores do Município de Joinville ficam dispensados de apresentar os documentos e certidões que já tenham sido apresentados para efeito de cadastro, desde que ainda estejam em vigor.

9.2.1.2 – É ônus do proponente a averiguação da vigência e atualidade dos documentos referidos no item anterior, de modo que a inobservância deste item implicará em sua inabilitação.

9.2.2 - Os interessados não cadastrados além dos documentos referidos no item 9.2, deverão apresentar os seguintes, válidos na data de abertura de sessão pública do Pregão:

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

b) Registro comercial, no caso de empresário individual, **Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor**, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, com a comprovação da publicação na imprensa da ata arquivada, bem como das respectivas alterações, caso existam;

9.3 - Os comprovantes exigidos, quando for o caso, deverão apresentar prazo de validade até a data limite fixada para a apresentação das propostas. Não constando a vigência, será considerado o prazo de 90 (noventa) dias da data da emissão.

9.4 – Sob pena de inabilitação, nos documentos a que se refere o subitem 9.2 deste edital deverão constar o nome/razão social do proponente, o número do CNPJ e o respectivo endereço, observado que se o proponente for:

a) matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz;

b) filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial;

c) a matriz, e o fornecimento forem realizados pela filial, os documentos exigidos neste Edital deverão ser apresentados em nome da matriz e da filial, simultaneamente.

9.5 – O proponente poderá apresentar os comprovantes de regularidade relativa à Seguridade Social – INSS e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS centralizados junto à matriz, desde que junte comprovante da centralização do recolhimento das contribuições e apresente certidão em que conste o CNPJ da entidade centralizadora.

9.6 - As Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, e, uma vez sendo declarada vencedora do certame, terão prazo de **05 (cinco) dias úteis**, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da

Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

9.6.1 A não regularização da documentação, no prazo fixado, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 8.666/93, sendo facultado á CONTRATANTE convocar os proponentes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

10 - JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E HABILITAÇÃO

10.1 -O Pregoeiro efetuará o julgamento das propostas pelo critério de **MENOR PREÇO GLOBAL**.

10.2- Encerrada a etapa de lances, o Pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta diretamente ao proponente que tenha apresentado o lance mais vantajoso, para que seja obtido preço melhor, observando o critério de julgamento, nos termos do art. 24 § 8º do Decreto Federal nº 5.450/2005, bem como decidir sobre sua aceitação, observados prazos para fornecimento, especificações técnicas e demais condições definidas neste Edital, e verificará a habilitação do proponente.

10.3 - Encerrada a etapa de lances da sessão pública e após solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico, o proponente classificado em primeiro lugar deverá:

- a. Encaminhar a proposta de preços e os documentos relativos à habilitação, bem como a Declaração de Inexistência de Fato Superveniente Impeditivo de Habilitação na forma do § 2º, do art. 32 da Lei 8.666/93, conforme Anexo V, no prazo de até 04 (quatro) horas, via fac-símile (47) 3433-2190, ou via eletrônica, para o e-mail: licitacao.fcj@joinville.sc.gov.br, contadas a partir da solicitação emitida pelo Pregoeiro *via chat*;
- b. Encaminhar a proposta de preços e os documentos de habilitação, originais ou por cópia devidamente autenticada, bem como a Declaração de Inexistência de Fato Superveniente Impeditivo de Habilitação na forma do § 2º, do art. 32 da Lei 8.666/93, conforme Anexo V, no **prazo máximo 03 (três) dias úteis**, impreterivelmente, à Área de Licitação – Fundação Cultural de Joinville, Avenida José Vieira nº 315, Bairro América, Joinville/SC - CEP: 89.204-110.

10.4 – O não envio dos documentos solicitados pelo Pregoeiro no prazo estabelecido será considerado como desistência do lance ofertado, sujeitando-se o licitante desistente às penalidades constantes no item 17 do Edital.

10.5 -Se a proposta não atender às especificações técnicas, e às condições mínimas de habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à sua habilitação, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital, sendo o respectivo proponente declarado vencedor.

10.6 - Serão desclassificadas as propostas:

- a) que não atenderem às especificações do objeto desta licitação;
- b) que forem omissas ou se apresentarem incompletas ou não informarem as características do bem cotado, impedindo sua identificação com o item licitado;
- c) que conflitem com a legislação em vigor;
- d) que deixarem de atender aos requisitos estabelecidos no item proposta de preços deste Edital;
- e) **com valores unitários ou globais superiores ao limite estabelecido ou com preços manifestamente inexeqüíveis, assim considerados aqueles que não venham a ter demonstrado sua viabilidade através de documentação que comprove que os custos dos insumos são coerentes com os de mercado e que os coeficientes de produtividade são compatíveis com a execução do objeto do contrato.**

10.7 – Havendo divergência entre o valor unitário e total, prevalecerá o valor unitário.

10.8 – Serão desconsideradas as propostas que apresentarem alternativas de preços ou qualquer outra condição não prevista neste Edital.

10.9- Se o proponente vencedor, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não apresentar situação regular, estará sujeito às penalidades previstas no item 17 deste Edital. Neste caso, o Pregoeiro examinará as ofertas subseqüentes, e a habilitação dos proponentes, observada a ordem de classificação, até a apuração de uma que atenda ao Edital, sendo o respectivo proponente convocado para negociar redução do preço ofertado.

10.10 – Decorrido o prazo de validade das propostas, sem convocação para a contratação, ficam os proponentes liberados dos compromissos assumidos.

10.11 – No julgamento das propostas e na fase de habilitação o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas e dos documentos e a sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação e habilitação.

10.12- O Pregoeiro poderá durante a sessão verificar a regularidade das certidões disponíveis *on-line* exigidas no subitem 9.2 “a” a “f” que não forem previamente apresentada(s) pelo(s) proponente(s) ou que forem apresentadas vencidas ou positivas.

10.12.1- No momento da verificação se o sistema estiver indisponível ficará o(s) proponente(s) com o ônus de não terem apresentado o documento ou terem apresentado com restrição.

11 - ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

11.1 - Caberá ao Pregoeiro deliberar sobre a adjudicação do objeto ao vencedor do Pregão, quando não houver recursos.

11.2 - Quando houver recursos, a adjudicação do objeto ao vencedor do Pregão será realizada pela autoridade competente.

11.3 – A homologação será realizada pela autoridade competente.

12 – DO REGISTRO DE PREÇOS

12.1 – O Sistema de Registro de Preços (SRP) é um conjunto de procedimentos para registro formal de preços relativos à prestação de serviços e/ou aquisição de materiais, para contratações futuras da Administração Pública.

12.2 – A Ata de Registro de Preços (ARP) é um documento vinculativo, obrigacional com as condições de compromisso para a futura contratação, inclusive com preços, especificações técnicas, fornecedores e órgãos participantes, conforme as disposições contidas neste instrumento convocatório e nas respectivas propostas aduzidas.

12.3 – Órgão Gerenciador é órgão ou entidade da Administração Pública responsável pela condução do conjunto de procedimentos do presente certame licitatório, bem como, pelo gerenciamento da futura Ata de Registro de Preços.

12.4 – Órgão Participante é todo órgão ou entidade da Administração Pública que participa da presente licitação especial para Registro de Preços, bem como integre a futura Ata de Registro de Preços.

12.5 – O Órgão Gerenciador do presente SRP será a Fundação Cultural de Joinville.

12.6 – A existência de Registro de Preços não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de procedimento específico para a contratação pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de contratação em igualdade de condições.

12.7 – Homologado o resultado da licitação, o Órgão Gerenciador, respeitada a ordem de classificação e a quantidade de fornecedores a serem registrados, convocará os interessados para assinatura da Ata de Registro de Preços, no prazo de 5 (cinco) dias que após cumpridos os requisitos de publicidade, terá efeito de compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas.

12.8 – A contratação com os fornecedores registrados será formalizada pelo Órgão Gerenciador, por intermédio de instrumento contratual.

13 – DA FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

13.1 – Homologada a licitação, será formalizada a Ata de Registro de Preços, documento vinculativo obrigacional, com características de compromisso para a futura contratação, com o fornecedor primeiro classificado e, se for o caso, com os demais classificados, obedecendo à ordem de classificação e aos preços propostos;

13.2 – No caso do fornecedor primeiro classificado, após convocado, não comparecer ou se recusar a assinar a Ata de Registro de Preços e o Contrato, sem prejuízo das cominações a ele previstas neste Edital, a Fundação Cultural de Joinville convocará os demais licitantes, na ordem de classificação.

14 – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E DOS FUTUROS CONTRATOS

14.1 – A Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses contados da data de sua publicação.

14.2 – A vigência dos futuros contratos estará adstrita ao tempo necessário à entrega, ao pagamento do objeto licitado e à vigência do crédito orçamentário.

15 – ALTERAÇÕES NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

15.1 – A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no art. 65 da Lei n.º 8.666/93, vedada a alteração do § 1º do mesmo art.

15.2 – O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bem registrados, cabendo ao Órgão Gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

15.3 – Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o Órgão Gerenciador deverá:

- a) convocar o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;
- b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido;
- c) convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

15.4 – Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o Órgão Gerenciador poderá:

- a) liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, se a comunicação

ocorrer antes do pedido de fornecimento.

b) convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação

15.5 – A alteração da Ata de Registro de Preços dependerá em qualquer caso da comprovação das condições de habilitação atualizadas do fornecedor convocado.

15.6 – Não havendo êxito nas negociações, o Órgão Gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

16 – CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

16.1 – O fornecedor terá seu registro cancelado quando:

a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços:

b) não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

c) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

d) presentes razões de interesse público.

16.2 – O cancelamento de registro, nas hipóteses acima previstas, assegurados o contraditório e ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do Órgão Gerenciador.

16.3 – O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu Registro de Preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovado.

17 – DAS IMPUGNAÇÕES E DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

17.1 – Qualquer pessoa poderá, no prazo de até 02 (dois) dias úteis da data fixada para a realização da sessão pública impugnar o Edital do Pregão.

17.1.1 - As impugnações poderão ser protocolizadas através do e-mail licitacao.fcj@joinville.sc.gov.br, em documento digitalizado (PDF, JPG) devidamente assinado ou com assinatura digital certificada pelo ICP – Brasil, acompanhado da procuração respectiva

17.2 - Não serão conhecidas as impugnações e os recursos apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo proponente.

17.3 – Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelo setor responsável pela elaboração do edital, decidir sobre as eventuais impugnações.

17.4 – Acolhida a impugnação contra o presente Edital, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando a alteração não afetar a formulação das propostas.

17.5 – Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, exclusivamente por meio eletrônico, via internet, no seguinte endereço licitacao.fcj@joinville.sc.gov.br.

17.6 – As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados serão disponibilizadas na forma do item 23.1 para conhecimento dos interessados e da sociedade em geral.

17.7 – Do Recurso

17.7.1 – Após o encerramento da disputa de preços, será estabelecida pelo Pregoeiro a data e hora em que será declarado o vencedor, sendo que nesta oportunidade a intenção de recorrer deverá ser manifestada pelo proponente interessado por intermédio do sistema eletrônico, na própria sessão, onde deverão ser expostos os motivos do inconformismo, no prazo de até 30 (trinta) minutos imediatamente posteriores ao ato da Declaração do Vencedor, que será realizado em sessão pública, quando será concedido o prazo de três dias para apresentação das razões de recurso, ficando os demais proponentes, desde logo, intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurado vista imediata dos autos.

17.7.2 – As razões de recursos poderão ser protocolizadas através do e-mail licitacao.fcj@joinville.sc.gov.br, em documento digitalizado (PDF, JPG) devidamente assinado ou com assinatura digital certificada pelo ICP – Brasil, até as 14h00min do dia do vencimento do prazo, acompanhada da procuração respectiva.

17.7.3 – O proponente desclassificado antes da fase de disputa, também, poderá manifestar sua intenção de interpor recurso na forma do subitem anterior.

17.7.4 - A falta de manifestação, imediata e motivada, importará a decadência do direito de recurso, e não será admitida inovação na motivação dos recursos propostos.

17.7.5 – O Pregoeiro fará juízo de admissibilidade da intenção de recorrer manifestada, aceitando-a ou, motivadamente, rejeitando-a, inclusive quando a pretensão for meramente protelatória.

17.7.6. -Os recursos contra decisões do Pregoeiro não terão efeito suspensivo.

18 – DA CONTRATAÇÃO

18.1 - A contratação do(s) licitante(s) vencedor(es) do presente Pregão será representada pela expedição do termo de Contrato / Autorização de Fornecimento, da qual constará, no

mínimo, identificação da licitação, especificações resumidas do produto licitado, quantitativo, preço unitário e total, fornecedor, local e prazo para entrega dos produtos conforme solicitação da Fundação Cultural de Joinville;

18.2 - Convocação para assinatura do Contrato e/ou retirada da Autorização de Fornecimento.

18.2.1- Concluído o processo licitatório, homologado o seu resultado e adjudicado o objeto ao(s) respectivo(s) concorrente(s) vencedor (es), este(s) será(ão) convocada(s) por e-mail para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da data da convocação, assinar o Contrato e/ou retirar a Autorização de Fornecimento.

18.2.2- Se o vencedor não apresentar situação de habilitação regular, tiver seu prospecto desclassificado ou, dentro do prazo de validade de sua proposta, se recusar a assinar o Contrato e/ou a retirar a Autorização de Fornecimento, poderá ser convocado outro proponente. Neste caso, será observada a ordem de classificação, averiguada a aceitabilidade de sua oferta, procedendo à sua habilitação e, sucessivamente, até a apuração de um que atenda ao Edital que será declarado o vencedor do certame, podendo o Pregoeiro negociar diretamente com o proponente para que seja obtido melhor preço.

18.2.3 - Se o vencedor se recusar a assinar o Contrato e/ou retirar a Autorização de Fornecimento no prazo estabelecido, apresentar justificativa por escrito não aceita pela Administração ou deixar de fazê-lo, além de decair do direito, sujeitar-se-á às penalidades previstas neste Edital;

18.3 - Na oportunidade de assinatura do contrato ou da retirada da autorização de fornecimento o vencedor deverá trazer certidões atualizadas de regularidade fiscal junto aos seguintes órgãos: **Fazenda Federal, Fazenda Estadual, Fazenda Municipal**, do domicílio ou sede da licitante, Seguridade Social – **INSS**, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – **FGTS e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT**, em atendimento ao art. 55, inciso XIII, da Lei 8.666/93 e Lei 12.440/2011.

19 - PRAZO E LOCAL DE ENTREGA DO OBJETO

19.1 – A vigência dos futuros contratos estará adstrita ao tempo necessário à entrega, ao pagamento do objeto licitado e a vigência do crédito orçamentário, que será estabelecida expressamente no termo contratual.

19.2 – Os objetos deverão ser entregues de forma parcelada, no prazo de até **05 (cinco) dias** após a solicitação dos gestores dos respectivos contratos nos seguintes endereços:

a) FUNDAÇÃO CULTURAL DE JOINVILLE – Unidade Administrativa - localizada na Avenida José Vieira, 315 – Edifício Centreventos Cau Hansen – 4º andar

b) CASA DA CULTURA FAUSTO ROCHA JR. - localizada na rua Dona Francisca, 800

c) MUSEU ARQUEOLÓGICO DE SAMBAQUI DE JOINVILLE - localizado na rua Dona

Francisca, 600

d) ARQUIVO HISTÓRICO DE JOINVILLE - localizado na Avenida Herman August Lepper, 650

19.3 – Todas as despesas decorrentes do transporte e entrega do objeto correrão por conta do vencedor da licitação.

20. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

20.1 - A gestão do contrato será realizada pela Fundação Cultural de Joinville, sendo a mesma responsável pelo recebimento e fiscalização do objeto licitado, devendo ser observado o disposto no art. 67 da Lei 8.666/93.

21 - DO PAGAMENTO DOS BENS CONTRATADOS

21.1 – O pagamento será efetivado de acordo com a(s) proposta(s) de preços apresentada(s) pelo(s) vencedor (es) neste **Pregão**, observado o que consta neste Edital e seus Anexos, inclusive quanto à forma e condições de pagamento.

21.2 – O pagamento será efetivado mediante apresentação da nota fiscal eletrônica/fatura que deverá ser emitida em nome do CONTRATANTE, da qual deverá constar o número desta licitação e da Nota de Empenho, acompanhados das negativas fiscais (**Federal, Estadual, Municipal, FGTS, Trabalhista e INSS**) regularizadas.

16.3- As retenções tributárias serão aplicadas de acordo com as legislações Federais, Estaduais e Municipais vigentes.

16.4 - O pagamento será efetuado **em até 30 (trinta) dias** após a entrega do material e apresentação da nota fiscal na Área de Finanças e Contabilidade da Fundação Cultural de Joinville.

16.5 – Em caso de atraso no pagamento será aplicado como índice de atualização monetária o IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo.

22 – DAS SANÇÕES

22.1 – As sanções e penalidades que poderão ser aplicadas ao Proponente/Contratado são as previstas na Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, na Lei Municipal nº 4.832, de 22 de setembro de 2003 e alterações posteriores, neste Pregão e no Contrato.

22.2 – Penalidades que poderão ser cominadas aos Proponentes/Contratados, garantida a prévia defesa no prazo de 05 (cinco) dias úteis:

I – **Multa**, que será deduzida dos respectivos créditos, ou cobrada administrativamente ou judicialmente, correspondente a:

- a) 15% (quinze por cento) do valor da proposta, no caso de desistência de proposta ou deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, não celebrar contrato;
- b) 0,2% (zero vírgula dois por cento) do valor da proposta por dia que exceder ao prazo para entrega do objeto, até o limite de 15% (quinze por cento);
- c) 15% (quinze por cento) do valor da proposta, pela inexecução contratual, por parte do proponente vencedor, sem prejuízo da apuração e reparação do dano que a exceder;

II – **Impedimento de licitar e contratar** com o Município de Joinville, Administração Direta e Indireta, nas hipóteses abaixo e o **descredenciamento** do Cadastro Central de Fornecedores do Município de Joinville e do SICAF, **pelo prazo de até 05 (cinco) anos**, sem prejuízo das demais cominações legais e contratuais, de acordo com o art. 7º, da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002:

- a) recusar-se a retirar a Autorização de Fornecimento ou assinar o contrato, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;
- b) deixar de apresentar os documentos discriminados no Edital, tendo declarado que cumpria os requisitos de habilitação;
- c) apresentar documentação falsa para participar no certame, conforme registrado em ata, ou demonstrado em procedimento administrativo, mesmo que posterior ao encerramento do certame;
- d) retardar a execução do certame por conduta reprovável do proponente, registrada em ata;
- e) não manter a proposta;
- f) desistir de lance realizado na fase de competição;
- g) comportar-se de modo inidôneo durante a realização do certame, registrado em ata;
- h) cometer fraude fiscal demonstrada durante ou após a realização do certame;
- i) fraudar a execução do contrato;
- j) descumprir as obrigações decorrentes do contrato.

22.3 – As multas deverão ser pagas junto à Fundação Cultural de Joinville até o dia de pagamento que o **PROPONENTE/CONTRATADO** tiver direito ou poderão ser cobradas judicialmente após 30 (trinta) dias da notificação.

22.4 – Nas penalidades previstas neste edital, a Administração considerará, motivadamente, a gravidade da falta, seus efeitos, bem como, os antecedentes do

proponente ou contratado, graduando-as e podendo deixar de aplicá-las, se admitidas as justificativas do proponente ou contratado, nos termos do que dispõe o art. 7º, da Lei nº. 10.520/2002.

22.5 – As penalidades aplicadas serão registradas no cadastro do proponente/contratado.

22.6 – Nenhum pagamento será realizado ao **PROPONENTE/CONTRATADO** enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

23 – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

23.1 – Informações e esclarecimentos sobre a presente licitação serão prestados pela Fundação Cultural de Joinville na Coordenação de Suprimentos e Patrimônio, Avenida José Vieira nº 315, fundos – 4º andar, Bairro América, Joinville/SC – CEP: 89.204-110 – Joinville/SC de segunda a sexta-feira, durante o horário de expediente, das 08h às 14h, ou pelo telefone nº (47) 3433-2190, fax nº (47) 3433-2190, e-mail: licitacao.fcj@joinville.sc.gov.br, bem como no endereço eletrônico: www.licitacoes-e.com.br

23.2 – É facultado ao Pregoeiro ou à autoridade superior, em qualquer fase desta licitação, promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo.

23.2.1 – As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os participantes, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

23.3 – O proponente que vier a ser contratado ficará obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões sobre o valor inicial do contrato que se fizerem necessários, por conveniência da Contratante, dentro do limite permitido pelo artigo 65, § 1º, da Lei nº 8.666/93.

23.4 – Não será permitida a subcontratação do objeto deste Edital.

23.5 – A Fundação Cultural de Joinville poderá revogar o presente Pregão por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar o ato, ou anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

23.6 – O presente Edital e seus Anexos poderão ser alterados, pela Administração licitante, antes de aberta a licitação, no interesse público, por sua iniciativa ou decorrente de provocação de terceiros, atendido o que estabelece o art. 21, § 4, da Lei nº 8.666/93, bem como adiar ou prorrogar o prazo para recebimento e/ou a abertura das Propostas e Documentos de Habilitação.

23.7 – O Contratante não se responsabiliza pelo conteúdo e autenticidade de cópias deste Pregão, senão aquelas que estiverem rubricadas pela autoridade competente, ou sua cópia fiel.

23.8 – Ficam vinculadas a este Edital e seus anexos as propostas de preços e demais documentos constantes dos presentes autos, dele não podendo se afastar durante a sua vigência;

23.9 – Serão aplicadas, em caso de vício ou defeito, além da Lei de Licitações, as disposições contidas no Código de Defesa do Consumidor – Lei nº 8.078/90, inclusive no que concerne a garantia, prazo para atendimento da assistência técnica e demais normas disciplinadoras da matéria.

23.10 – Nenhuma indenização será devida aos proponentes pela elaboração ou pela apresentação de documentação referente ao presente Edital;

23.11 – A participação na presente licitação implicará na aceitação integral e irrevogável dos termos deste Edital, seus anexos, bem como a observância dos regulamentos administrativos.

Joinville, 10 de abril de 2015.

FUNDAÇÃO CULTURAL DE JOINVILLE

Rodrigo Coelho

Diretor Presidente

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/2015

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

I-OBJETO:

Aquisição de papel sulfite tamanho A4 com o objetivo de atender a demanda dos setores da Fundação Cultural e suas Unidades.

II- ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS:

PAPEL SULFITE FORMATO A4 BRANCO – (210mm x 297mm) resmas com 500 folhas cada, gramatura 75g/m², alvura mínima de 94%, embalado em papel de propriedade térmica e anti umidade.

QUANTIDADE - 1.680 resmas com 500 folhas cada

III- CONDIÇÕES DE GARANTIA:

Prazo de validade de no mínimo 12 (doze) meses.

IV-PRAZO DE ENTREGA E FORMA DE ENTREGA:

-A entrega deverá ser realizada em até **5 (cinco) dias**, contados a partir do recebimento da Nota de Empenho, enviado formalmente via (e-mail) da Fundação Cultural de Joinville.

-O fornecimento será efetuado **parceladamente conforme a demanda da Fundação Cultural**, com data e quantidades a ser definida na Nota do Empenho.

V-LOCAL DE ENTREGA E HORÁRIO DE ENTREGA:

Entrega na Fundação Cultural e suas unidades, sendo:

1 – FUNDAÇÃO CULTURAL DE JOINVILLE – Unidade Administrativa - localizada na Avenida José Vieira, 315 – Edifício Centreventos Cau Hansen – 4º andar

2 - CASA DA CULTURA FAUSTO ROCHA JR. - localizada na rua Dona Francisca, 800

3 - MUSEU ARQUEOLÓGICO DE SAMBAQUI DE JOINVILLE - localizado na rua Dona Francisca, 600

4 – ARQUIVO HISTÓRICO DE JOINVILLE - localizado na Avenida Herman August Lepper, 650

-O horário para entrega deverá ser das 08:00h às 13:00h.

VI- DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

-As despesas provenientes do objeto desta licitação correrão pela seguinte dotação orçamentária nº 00032.00001.00013.2.00122.00001 – Processos Administrativos – FCJ - 3.3.9.0.00.00.00.00 – Aplicações Diretas, Fonte 200 (Despesa 422),

3.3.9.0.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas, Fonte 100 (Despesa 421).

VII- GESTOR DO CONTRATO

-A gestão do contrato será realizada pela Fundação Cultural de Joinville.

VIII- OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA ESPECÍFICA DO OBJETO:

-É de inteira responsabilidade da Proponente todos os custos decorrentes de manuseio, embalagem, transportes, fretes, seguros, carga e descarga do material, desde a sua origem até o local de destino, inclusive as despesas de devolução do material entregue em desacordo ou com eventuais defeitos de fabricação;

-Substituir no prazo máximo de 5 (cinco) dias corridos, a partir da data da comunicação feita pela Fundação Cultural, todo e qualquer material defeituoso ou que vier a apresentar defeito durante o prazo de validade;

-Entregar os materiais obedecendo aos prazos de fabricação e validade estipulados.

IX- OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE ESPECÍFICA DO OBJETO:

-Efetuar o recebimento do produto, verificando se a mesmo esta em conformidade com o solicitado e dentro do prazo de validade;

-Proporcionar todas as facilidades para que o fornecedor possa cumprir suas obrigações dentro das normas e condições deste processo de venda;

-Rejeitar, no todo ou em parte, os materiais entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo fornecedor;

-Comunicar à empresa sobre possíveis irregularidades observadas nos materiais fornecidos, para imediata substituição.

Joinville, 10 de abril de 2015.

FUNDAÇÃO CULTURAL DE JOINVILLE

Rodrigo Coelho

Diretor Presidente

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/2015**ANEXO II****Quadro de Quantitativos, Especificações Mínimas dos Itens e Valores Estimados/Máximos**

| ITEM | QTDE | UNID. | Especificação | Valor Unitário Máximo | Valor Total Máximo |
|-------------|-------------|--------------|---|------------------------------|---------------------------|
| 1 | 1680 | Resmas | PAPEL SULFITE FORMATO A4 BRANCO – (210mm x 297mm) resmas com 500 folhas cada, gramatura 75g/m ² , alvura mínima de 94%, embalado em papel de propriedade térmica e anti umidade. | R\$ 14,07 | R\$ 23.637,60 |

VALOR ESTIMADO MÁXIMO:

Para esta licitação fica estimado o valor total máximo de **R\$ 23.637,60 (vinte e três mil, seiscentos e trinta e sete reais e sessenta centavos)**.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/2015

ANEXO III**Modelo de Proposta de Preços**

À

Fundação Cultural de Joinville

| Item(ns) | Quantidade | Unidade | Especificação (Modelo, Fabricante, Etc) | Preço Em R\$ | |
|----------|------------|---------|---|--------------|-------|
| | | | | Unitário | Total |
| 1 | 01 | Pç | | | |

Preço total em R\$ por extenso:

Validade da Proposta:

Prazo de Entrega:

Local de Entrega:

Garantia:

Dados da Licitante:

Razão Social/Nome:

Endereço:

Município:

Estado:

CEP:

CNPJ/CPF/MF:

Fone: ()

Fax: ()

E-Mail:

Banco:

Agência:

Conta:

Representante:

Fone: ()

Fax: ()

Dados do Representante Legal da Empresa para assinatura do Contrato:

Nome:

CPF:

Cargo/Função:

Local e data:

Assinatura/Carimbo

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/2015

ANEXO IV

Declaração

....., inscrito no CNPJ
nº, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a).....,
portador(a) da Carteira de Identidade nº..... e do CPF nº,
DECLARA, para fins do disposto no [inciso V do art. 27 da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993](#), acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz () .

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

Local e Data:

Nome, cargo e assinatura

Razão Social da empresa

OBS: ESTA DECLARAÇÃO DEVERÁ ESTAR JUNTO DAS DOCUMENTAÇÕES DE

HABILITAÇÃO.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/2015

ANEXO V

Modelo de Declaração de atendimento às condições de habilitação

NOME/RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA:

CNPJ:

ENDEREÇO:

DECLARAÇÃO

Declaramos para efeitos do atendimento do subitem 10.3 “a” e “b”, do Edital de Pregão Eletrônico nº **008/2015**, instaurado pela Fundação Cultural de Joinville, conforme exigido pelo inciso VII, do art. 4º, da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, que atendemos plenamente as condições de habilitação estabelecidas neste Edital.

Ressalva: Em se tratando de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte com restrição

fiscal, deverá esclarecer que atende as condições de habilitação, exceto a regularidade fiscal.

Local e data,

**NOME E ASSINATURA DO
REPRESENTANTE DA EMPRESA**

**OBS: ESTA DECLARAÇÃO DEVERÁ ESTAR JUNTO DAS DOCUMENTAÇÕES DE
HABILITAÇÃO.**

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/2015

ANEXO VI

MODELO SUGERIDO DE ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

(TIMBRE DA EMPRESA QUE ESTÁ FORNECENDO O ATESTADO)

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos para os devidos fins, que a empresa, estabelecida na

Rua, Bairro, na cidade de, inscrita no
 C.N.P.J. n.º, forneceu a esta empresa, inscrita no
 C.N.P.J. n.º, os itens conforme segue:

| Quantidade | Unidade | Descrição |
|------------|---------|-----------|
| | | |
| | | |
| | | |
| | | |

Atestamos, outrossim, que a mesma sempre atendeu a todos os requisitos, tantos na qualidade quanto na pontualidade dos produtos, nada havendo que possa desaboná-la.

(Data xx/xx/xxxx)

Nome, Assinatura do Responsável legal da empresa

(Cargo/Função)

(carimbo CNPJ)

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/2015

ANEXO VII - MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

VALIDADE: 12 (doze) MESES

Aos _____ dias do mês de _____ de 2015, reuniram-se na Fundação Cultural de Joinville, tendo como Pregoeiro Sr....., de acordo com a Portaria n.º, doravante denominada ÓRGÃO GERENCIADOR, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e o Decreto Municipal n.º 14.040, de 18 de dezembro de 2007, e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no

Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº xxx/2015, cujo resultado foi publicado no Diário Oficial do Estado de Santa Catarina e homologado pelo Sr Rodrigo Coelho, RESOLVE registrar os preços para **Aquisição de papel sulfite tamanho A4**, nas quantidades, termos e condições descritos no Edital e seus anexos, que passa a fazer parte desta, tendo sido, os referidos preços, oferecidos pela empresa cuja proposta foi classificada em 1º lugar no certame acima numerado, qual seja: _____ R\$ _____, irrealizável.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 – A presente ata tem por objeto o registro para fornecimento, quando requerido, dos seguintes itens:

| Item | Descrição | Unidade | Quantidade | R\$ Uni | R\$ Total |
|------|-----------|---------|------------|---------|-----------|
| | | | | | |

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VALIDADE DOS PREÇOS

2.1 - A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de **12 (doze) meses**, a partir da sua publicação.

2.2 - Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, **a Fundação Cultural de Joinville não será obrigado a adquirir o objeto referido na Cláusula Primeira exclusivamente pelo Sistema de Registro de Preços, podendo fazê-lo através de outra licitação quando julgar conveniente, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie aos detentores**, ou, cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o

contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

3.1 – Os objetos deverão ser entregues de forma parcelada, no prazo de até **05 (cinco) dias** após a solicitação do gestor do respectivo contrato nos seguintes endereços:

1 – FUNDAÇÃO CULTURAL DE JOINVILLE – Unidade Administrativa - localizada na Avenida José Vieira, 315 – Edifício Centreventos Cau Hansen – 4º andar

2 - CASA DA CULTURA FAUSTO ROCHA JR. - localizada na rua Dona Francisca, 800

3 - MUSEU ARQUEOLÓGICO DE SAMBAQUI DE JOINVILLE - localizado na rua Dona Francisca, 600

4 – ARQUIVO HISTÓRICO DE JOINVILLE - localizado na Avenida Herman August Lepper, 650

3.2 – Todas as despesas decorrentes do transporte e entrega do objeto correrão por conta do vencedor da licitação.

CLÁUSULA QUARTA - PRAZOS E CONDIÇÕES PARA CONTRATAÇÃO

4.1 - A contratação do(s) licitante(s) vencedor(es) do presente Pregão será representada pela expedição do Contrato, da qual constará, no mínimo, identificação da licitação, especificações resumidas do produto licitado, quantitativo, preço unitário e total, fornecedor, local e prazo para entrega dos produtos.

4.2 - Convocação para assinatura da Contrato:

4.2.1 - Concluído o processo licitatório, homologado o seu resultado e adjudicado o objeto ao respectivo(s) concorrente(s) vencedor(s), este(s) será(ão) convocada(s) por e-mail para, no prazo de **5 (cinco) dias** contados da data da convocação, assinar o Contrato;

4.3 - Ao assinar a Ata de Registro de Preços, e eventualmente o contrato de fornecimento, a proponente vencedora obriga-se a vender os bens registrados, conforme especificações e condições contidas no edital, em seus anexos e também na proposta apresentada;

4.4 - Na oportunidade de assinatura da ata de registro de preços a proponente deverá trazer certidões atualizadas de regularidade fiscal junto aos seguintes órgãos: **Fazenda Federal, Fazenda Estadual, Fazenda Municipal**, do domicílio ou sede da proponente, - **INSS** e Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – **FGTS** e a Certidão de Negativa de Débitos Trabalhistas, conforme Lei 12.440 de 07 de julho de 2011) regularizadas, em atendimento ao art. 55, inciso XIII, da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA QUINTA - DO PAGAMENTO

5.1 – O pagamento será efetivado de acordo com a(s) proposta(s) de preços apresentada(s) pelo(s) vencedor(s) neste **Pregão**, observado o que consta neste Edital e seus Anexos, inclusive quanto à forma e condições de pagamento.

5.2 – O pagamento será efetivado mediante apresentação da nota fiscal /fatura que deverá ser emitida em nome do Contratante, da qual deverá constar o número desta licitação, empenho, acompanhado da liberação da Secretaria requisitante e das negativas fiscais (Federal, Estadual, Municipal, FGTS e INSS e a Certidão de Negativas de Débitos Trabalhistas, conforme Lei 12.440 de 07 de julho de 2011)

regularizadas.

5.3 – As retenções tributárias serão aplicadas de acordo com as legislações federais, estaduais e municipais vigentes.

5.4 – O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após a entrega dos produtos e apresentação da nota fiscal na Unidade da Contabilidade.

5.5 – Em caso de atraso no pagamento será aplicado como índice de atualização monetária o IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo.

CLÁUSULA SEXTA - DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

6.1 - A entrega do objeto só estará caracterizada mediante solicitação do pedido do bem.

6.2 - O fornecedor ficará obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata, mesmo que a entrega deles decorrente estiver prevista para data posterior à do seu vencimento.

6.3 - Os materiais deverão ser entregues acompanhados da Nota Fiscal/Fatura correspondente.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS SANÇÕES

7.1 – As sanções e penalidades que poderão ser aplicadas ao Proponente/Contratado são as previstas na Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, na Lei Municipal nº 4.832, de 22 de setembro de 2003 e alterações posteriores, neste Pregão e no Contrato.

7.2 – Penalidades que poderão ser cominadas aos Proponentes/Contratados, garantida a prévia defesa no prazo de 5 (cinco) dias úteis:

I – **Multa**, que será deduzida dos respectivos créditos, ou cobrados administrativamente ou judicialmente, correspondente a:

a) 15% (quinze por cento) do valor da proposta, no caso de desistência de proposta ou deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, não celebrar contrato;

b) 0,2% (zero vírgula dois por cento) do valor da proposta por dia que exceder ao prazo para entrega do objeto, até o limite de 15% (quinze por cento);

c) 15% (quinze por cento) do valor da proposta, pela inexecução contratual, por parte do proponente vencedor, sem prejuízo da apuração e reparação do dano que a exceder;

II – **Impedimento de licitar e contratar** com o Município de Joinville, Administração Direta e Indireta, nas hipóteses abaixo e o **descredenciamento** do Cadastro Central de Fornecedores do Município de Joinville e do SICAF, **pelo prazo de até 05 (cinco) anos**,

sem prejuízo das demais cominações legais e contratuais, de acordo com o art. 7º, da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002:

- a) recusar-se a retirar a Autorização de Fornecimento ou assinar o contrato, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;
- b) deixar de apresentar os documentos discriminados no Edital, tendo declarado que cumpria os requisitos de habilitação;
- c) apresentar documentação falsa para participar no certame, conforme registrado em ata, ou demonstrado em procedimento administrativo, mesmo que posterior ao encerramento do certame;
- d) retardar a execução do certame por conduta reprovável do proponente, registrada em ata;
- e) não manter a proposta;
- f) desistir de lance realizado na fase de competição;
- g) comportar-se de modo inidôneo durante a realização do certame, registrado em ata;
- h) cometer fraude fiscal demonstrada durante ou após a realização do certame;
- i) fraudar a execução do contrato;
- j) descumprir as obrigações decorrentes do contrato.

7.3 – As multas deverão ser pagas junto à Tesouraria da Secretaria de Fazenda do **MUNICÍPIO** até o dia de pagamento que o **PROPONENTE/CONTRATADO** tiver direito ou poderão ser cobradas judicialmente após 30 (trinta) dias da notificação.

7.4 – Nas penalidades previstas neste edital, a Administração considerará, motivadamente, a gravidade da falta, seus efeitos, bem como os antecedentes do proponente ou contratado, graduando-as e podendo deixar de aplicá-las, se admitidas as justificativas do proponente ou contratado, nos termos do que dispõe o art. 7º, da Lei nº. 10.520/2002.

7.5 – As penalidades aplicadas serão registradas no cadastro do proponente/contratado.

7.6 – Nenhum pagamento será realizado ao **PROPONENTE/CONTRATADO** enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

CLÁUSULA OITAVA – DA ALTERAÇÃO DA ATA

8.1 – A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no art. 65 da Lei n.º 8.666/93, vedada a alteração do § 1º do mesmo art.

8.2 – O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bem registrados, cabendo ao Órgão Gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

8.3 – Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o Órgão Gerenciador deverá:

- a) convocar o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;
- b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido;
- c) convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

8.4 – Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o Órgão Gerenciador poderá:

- a) liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento.
- b) convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação

8.5 – A alteração da Ata de Registro de Preços dependerá em qualquer caso da comprovação das condições de habilitação atualizadas do fornecedor convocado.

8.6 – Não havendo êxito nas negociações, o Órgão Gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

CLÁUSULA NONA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

9.1- O fornecedor terá seu registro cancelado quando:

- a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- b) não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- c) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- d) presentes razões de interesse público.

9.2 – O cancelamento de registro, nas hipóteses acima previstas, assegurados o contraditório e ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do

Órgão Gerenciador.

9.3 – O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu Registro de Preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovados.

9.4 - A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos nesta cláusula, será feita mediante publicação em imprensa oficial do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO E EMISSÃO DAS ORDENS DE COMPRA

10.1 - As aquisições do objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas, caso a caso, pela Fundação Cultural de Joinville/ Setor de Suprimentos.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1 - As questões decorrentes da utilização da presente ata, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Estadual, no Foro da Cidade de Joinville - SC, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja, salvo nos casos previstos no art. 102, inciso I, alínea “d”, da Constituição Federal.

Joinville, xx de xxxxxxxx de 2015.

Pregoeiro:

De acordo:

Rodrigo Coelho

Diretor Presidente

Fundação Cultural de Joinville

(Contratada)

(nome do representante)

(cargo/função)

PREGÃO PRESENCIAL Nº 008/2015**ANEXO VIII****AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO Nº xxx/2015**

Autorização de Fornecimento vinculada a Ata de Registro de Preços e ao Edital de Pregão Eletrônico nº 008/2015.

| Item | Material | Unid. medida | Qtd licitada | VI. unit. | VI. Total |
|-------------|-----------------|-------------------------|-------------------------|------------------|------------------|
| | | | | | |
| | TOTAL DA AF | | | | R\$ |

Fornecedor:

CNPJ:

Endereço:

Bairro:CEP:

Município: Estado:

Telefone:

Representante Legal da empresa:

CPF:

E-mail:

OBSERVAÇÕES:

- 1) Emitir nota fiscal em nome de :**FUNDAÇÃO CULTURAL DE JOINVILLE** inscrito no **C.N.P.J. nº 83.796.227/0001-12**
- 2) Advertimos que o não cumprimento das obrigações assumidas na fase licitatória estarão sujeitas as sanções previstas no edital.
- 3) São partes integrantes desta Autorização de Fornecimento (AF), como se transcritos estivessem, o edital de licitação Pregão Eletrônico nº 008/2015, seus anexos, a Ata de Registro de Preços, e quaisquer complementos, os documentos, propostas e informações apresentadas pela licitante vencedora e que deram suporte ao julgamento da licitação.

Data de emissão: xx de xxxxx de 2015.

Fundação Cultural de Joinville

Rodrigo Coelho

Diretor Presidente

CONTRATADA

representante

cargo/função

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/2015

**ANEXO IX
MINUTA DO CONTRATO**

TERMO DE CONTRATO Nº ____/2015

Termo de Contrato que entre si celebram o **Fundação Cultural de Joinville**, com sede na Avenida José Vieira, n.º 315 (Centrentos Cau Hansen – 4º andar), América, Joinville/SC – CEP 89.204-110, inscrita no CNPJ sob nº 83.796.227/0001-12, ora em diante denominado **CONTRATANTE** e a empresa -----, inscrita no CNPJ nº -----, doravante denominada **CONTRATADA**, para eventual **aquisição de papel sulfite tamanho A4 para atender a demanda da Fundação Cultural de Joinville e suas Unidades**, na forma de **Pregão Eletrônico nº xx/2015** do tipo **menor preço global**, a ser regido pela Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, a Lei Municipal nº 4.832, de 22 de setembro de 2003, Decreto 5.450 de 31 de maio de 2005 e Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações posteriores e demais normas legais federais, estaduais e municipais vigentes.

Aos -- dias de ----- de 2015, na sede da Fundação Cultural de Joinville, presente o Sr. Rodrigo Coelho, Diretor Presidente, CPF nº xxx.xxx.xxx-xx, compareceu o Sr. -----, CPF nº ----- da empresa -----, para como seu representante legal, firmar com a **CONTRATANTE** o presente instrumento, pelo qual se obriga a fornecer o objeto do Contrato, na forma e condições estabelecidas no edital de **Pregão Eletrônico nº 008/2015**, e nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - Objeto do Contrato

1. - Este contrato tem por objeto **eventual aquisição de papel sulfite tamanho A4**, conforme descrição abaixo:

| Item | Descrição | Unidade | Quantidade | R\$ Uni | R\$ Total |
|------|-----------|---------|------------|---------|-----------|
| | | | | | |

CLÁUSULA SEGUNDA – Forma de Fornecimento

2.1 – O fornecimento do material do presente Contrato será parcelado, de acordo com a cláusula quinta deste instrumento.

2.2 – Fica vinculado este termo contratual as condições do Edital e seus anexos do processo licitatório Pregão Eletrônico nº **008/2015** e à proposta da Contratada.

CLÁUSULA TERCEIRA - Preço

3.1 - O valor deste Contrato para efeitos financeiros, fiscais e orçamentários é de **R\$** _____ (_____), sendo o mesmo fixo e irrevogável.

CLÁUSULA QUARTA - Condições de Pagamento

4.1 – O pagamento será efetivado de acordo com a proposta de preços apresentada pelo vencedor neste **Pregão**, observado o que consta neste Edital e seus Anexos, inclusive quanto à forma e condições de pagamento.

4.2 - O pagamento será efetuado **em até 30 (trinta) dias** após a entrega dos produtos e apresentação da nota fiscal que deverá ser emitida em nome da **CONTRATANTE**, da qual deverá constar o número desta licitação, do número do contrato e da Nota de Empenho, e das negativas fiscais (Federal, Estadual, Municipal, FGTS, INSS e CNDT), regularizadas, no setor de contabilidade da **CONTRATANTE**.

4.3 – As retenções tributárias serão aplicadas de acordo com as legislações Federais, Estaduais e Municipais vigentes.

É vedado à **CONTRATADA** pleitear qualquer adicional de preços por faltas ou omissões que venham a serem verificadas na proposta.

4.4 – Em caso de erro na nota fiscal/fatura, observação de cobranças indevidas ou circunstâncias que impeçam a liquidação das despesas, a **CONTRATADA** será oficialmente comunicada do fato pelo gestor do contrato, e a partir daquela data o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação e reapresentação do documento fiscal, o que não poderá se dar em um prazo inferior a 05 (cinco) dias úteis antecedentes a data do vencimento.

4.5- Em caso de atraso no pagamento será aplicado como índice de atualização monetária o IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo.

CLÁUSULA QUINTA – Prazos e Entrega do Objeto

5.1 - O prazo da vigência contratual será até dezembro do ano correspondente, de acordo com o inciso II do art. 57 da Lei 8.666/93

5.2 – A vigência dos futuros contratos estará adstrita ao tempo necessário à entrega, ao pagamento do objeto licitado e a vigência do crédito orçamentário, que será estabelecida expressamente no termo contratual.

5.3- Os objetos deverão ser entregues de forma parcelada, no prazo de até **05 (cinco) dias** após a solicitação do gestor do respectivo contrato nos seguintes endereços:

1 – FUNDAÇÃO CULTURAL DE JOINVILLE – Unidade Administrativa - localizada na Avenida José Vieira, 315 – Edifício Centreventos Cau Hansen – 4º andar

2 - CASA DA CULTURA FAUSTO ROCHA JR. - localizada na rua Dona Francisca, 800

3 - MUSEU ARQUEOLÓGICO DE SAMBAQUI DE JOINVILLE - localizado na rua Dona Francisca, 600

4 – ARQUIVO HISTÓRICO DE JOINVILLE - localizado na Avenida Herman August Lepper, 650

5.4 – Todas as despesas decorrentes do transporte e entrega do objeto correrão por conta do vencedor da licitação.

CLÁUSULA SEXTA - Recursos para Atender as Despesas

6.1 - As despesas provenientes do objeto desta licitação correrão pela seguinte dotação orçamentária nº 00032.00001.00013.2.00122.00001 – Processos Administrativos – FCJ - 3.3.9.0.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas, Fonte 200 (Despesa 422), 3.3.9.0.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas, Fonte 100 (Despesa 421).

CLÁUSULA SÉTIMA - Da Gestão Do Contrato

7.1 - A gestão do termo contratual será realizada pela Fundação Cultural de Joinville, sendo a mesma responsável pelo recebimento e fiscalização do objeto licitado.

CLÁUSULA OITAVA - Direito de Fiscalização

8.1 - A **CONTRATANTE**, através da Coordenação da Casa da Cultura “Fausto Rocha Júnior”, exercerá ampla fiscalização do objeto contratado, o que em nenhuma hipótese eximirá a **CONTRATADA** das responsabilidades fixadas pelo Código Civil e pelo Código de Defesa do Consumidor.

8.2 - A fiscalização da **CONTRATANTE** transmitirá por escrito as instruções, ordens e reclamações, competindo-lhe a decisão nos casos de dúvidas que surgirem no decorrer da vigência contratual.

CLÁUSULA NONA - Responsabilidades da CONTRATANTE

9.1 – Cumprir e fazer cumprir as disposições deste Contrato;

9.2 – Determinar quando cabível, as modificações consideradas necessárias à perfeita

execução do Contrato e a tutelar o interesse público;

9.3 – Intervir no fornecimento do objeto licitado nos casos previstos em lei e na forma deste Contrato visando proteger o interesse público;

9.4 -Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a serem solicitados pela **CONTRATADA**;

9.5- Efetuar o pagamento à **CONTRATADA**, de acordo com a forma e prazo estabelecidos neste Contrato.

9.6 – Conferir, vistoriar e aprovar o objeto entregue pela **CONTRATADA**;

9.7- Rejeitar, no todo ou em parte, os materiais que a contratada entregar e os serviços que a mesma prestar fora das especificações deste Edital e seus anexos.

CLÁUSULA DÉCIMA - Responsabilidades da CONTRATADA

10.1 - A **CONTRATADA** obriga-se a aceitar os acréscimos ou supressões que a **CONTRATANTE** realizar, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial do Contrato.

10.2 - Assumir integral responsabilidade pelo fornecimento do objeto contratual que vir a efetuar, estando sempre de acordo com o estabelecido nas normas deste Contrato e do Edital do processo licitatório Pregão Eletrônico nº xx/2015 e demais documentos técnicos fornecidos.

10.3 - Assumir integral responsabilidade pelos danos causados diretamente à Fundação Cultural de Joinville ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato.

10.4 - Reparar, corrigir, remover e substituir, quando necessário, prioritário e exclusivamente à sua custa, o objeto desta licitação, fornecidos com defeitos, imperfeições ou recusados pela **CONTRATANTE**.

10.5 - As despesas de transporte na entrega e também em caso de envio e retorno do objeto para substituição correrão por conta da **CONTRATADA**.

10.6 – O licitante vencedor deverá manter, até o cumprimento final de sua obrigação, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, devendo comunicar imediatamente à **CONTRATANTE** qualquer alteração.

10.7 – O licitante vencedor é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato, nos termos do art. 71 da Lei nº 8.666/93.

10.8- Indicar nome e telefone de um profissional da empresa para responder pela execução

do objeto contratual.

10.9- Comunicar, por escrito, imediatamente, ao Fiscal, a impossibilidade de execução de qualquer obrigação contratual, para a adoção das providências cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - Das Sanções

11.1 – As sanções e penalidades que poderão ser aplicadas ao Proponente/Contratado são as previstas na Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, na Lei Municipal nº 4.832, de 22 de setembro de 2003 e alterações posteriores, neste Pregão e no Contrato.

11.2 – Penalidades que poderão ser cominadas aos Proponentes/Contratados, garantida a prévia defesa no prazo de 05 (cinco) dias úteis:

I – **Multa**, que será deduzida dos respectivos créditos, ou cobrada administrativamente ou judicialmente, correspondente a:

a) 15% (quinze por cento) do valor da proposta, no caso de desistência de proposta ou deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, não celebrar contrato;

b) 0,2% (zero vírgula dois por cento) do valor da proposta por dia que exceder ao prazo para entrega do objeto, até o limite de 15% (quinze por cento);

c) 15% (quinze por cento) do valor da proposta, pela inexecução contratual, por parte do proponente vencedor, sem prejuízo da apuração e reparação do dano que a exceder;

II – **Impedimento de licitar e contratar** com o Município de Joinville, Administração Direta e Indireta, nas hipóteses abaixo e o **descredenciamento** do Cadastro Central de Fornecedores do Município de Joinville e do SICAF, **pelo prazo de até 05 (cinco) anos**, sem prejuízo das demais cominações legais e contratuais, de acordo com o art. 7º, da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002:

a) recusar-se a retirar a Autorização de Fornecimento ou assinar o contrato, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

b) deixar de apresentar os documentos discriminados no Edital, tendo declarado que cumpria os requisitos de habilitação;

c) apresentar documentação falsa para participar no certame, conforme registrado em ata, ou demonstrado em procedimento administrativo, mesmo que posterior ao encerramento do certame;

d) retardar a execução do certame por conduta reprovável do proponente, registrada em ata;

e) não manter a proposta;

- f) desistir de lance realizado na fase de competição;
- g) comportar-se de modo inidôneo durante a realização do certame, registrado em ata;
- h) cometer fraude fiscal demonstrada durante ou após a realização do certame;
- i) fraudar a execução do contrato;
- j) descumprir as obrigações decorrentes do contrato.

11.3 – As multas deverão ser pagas junto à Tesouraria da Fundação Cultural de Joinville até o dia de pagamento que o **PROPONENTE/CONTRATADO** tiver direito ou poderão ser cobradas judicialmente após 30 (trinta) dias da notificação.

11.4 – Nas penalidades previstas neste edital, a Administração considerará, motivadamente, a gravidade da falta, seus efeitos, bem como os antecedentes do proponente ou contratado, graduando-as e podendo deixar de aplicá-las, se admitidas as justificativas do proponente ou contratado, nos termos do que dispõe o art. 7º, da Lei nº. 10.520/2002.

11.5 – As penalidades aplicadas serão registradas no cadastro do proponente/contratado.

11.6 – Nenhum pagamento será realizado ao **PROPONENTE/CONTRATADO** enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – Rescisão

12.1 - A rescisão do presente poderá ser:

- a. determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666/93, alterada pela Lei nº 8.883/94 e pela Lei 9.648/98;
- b. a inexecução total ou parcial do presente enseja sua rescisão pela Administração, com as conseqüências previstas na cláusula décima primeira;
- c. amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que haja conveniência da Administração;
- d. constituem motivos para rescisão do presente os previstos no artigo 78 da Lei nº 8.666/93, alterada pela Lei nº 8.883/94 e pela Lei 9.648/98;
- e. em caso de rescisão prevista nos incisos XII a XVII do artigo 78 da Lei nº 8.666/93, alterada pela Lei nº 8.883/94 e pela Lei 9.648/98, sem que haja culpa da **CONTRATADA**, será esta ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados, quando os houver sofrido;
- f. a rescisão do presente de que trata o inciso I do artigo 78 acarretará as conseqüências previstas no artigo 80, incisos I a IV, ambos da Lei nº 8.666/93, alterada pela Lei nº 8.883/94 e pela Lei 9.648/98.

- g. ficam resguardados os direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa, na forma estabelecida no inciso IX do art. 55 da Lei nº 8.666/93 e previsto no art. 77 da Lei nº 8.666/93.

12.2 - Sem prejuízo de quaisquer sanções aplicáveis, a critério da **CONTRATANTE**, a rescisão importará em impedimento de licitar e contratar com o Município, na forma do inciso II, do item 11.2.

CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

13.1 – Nos termos do previsto no artigo 55, inciso XII, aplica-se ao presente contrato a presente legislação:

- a) Lei 10.520/02;
- b) Lei nº8.666/93 e alterações;
- c) Decreto nº 5.450/05
- d) Código de Defesa do Consumidor;
- e) Código Civil;
- f) Código Penal;
- g) Código Processo Civil;
- h) Código Processo Penal;
- i) Legislação trabalhista e previdenciária;
- j) Estatuto da Criança e do Adolescente;
- k) E demais normas aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA-QUARTA – Da Publicidade

14.1 – Uma vez assinado, a CONTRATANTE providenciará a publicação do extrato deste Contrato na Imprensa Oficial, como condição indispensável para sua eficácia, conforme determina o Parágrafo Único do artigo 61, da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA-QUINTA - Foro

15.1 - Para dirimir questões decorrentes deste Contrato fica eleito o Foro da Comarca de Joinville, com renúncia expressa a qualquer outro.

15.2 - E, por estarem assim justos e contratados, assinam o presente em 3 (três) vias de igual teor e forma, diante de duas testemunhas para um só efeito.

Joinville, xx de xxxxxxxx de 2015.

FUNDAÇÃO CULTURAL DE JOINVILLE

Rodrigo Coelho

Diretor Presidente

(Contratada)

(Nome do representante) (cargo/função)

Testemunhas:

Testemunhas:

CPF:

CPF:

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/2015

Justificativa para exigência de índices financeiros

A Fundação Cultural de Joinville vem, pela presente, justificar a exigência dos índices financeiros previstos no Edital de Pregão Eletrônico nº **008/2015**.

Item 9 – DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO, subitem 9.2 – Demonstrativos dos Índices, alínea “j”: “serão habilitadas apenas as empresas que apresentarem índices que atendam as condições abaixo:

Liquidez geral \geq 1,00

Grau de Endividamento $\leq 1,00$

Os índices estabelecidos não ferem o disposto no Art. 31, da Lei 8.666/93 e foram estabelecidos no seu patamar mínimo aceitável, para avaliar a saúde financeira da empresa.

Verifica-se que o Edital da Licitação em pauta atende plenamente a prescrição legal, pois a comprovação da boa situação financeira da empresa está sendo feita de forma objetiva, através do cálculo de índices contábeis previstos no item 9.2 "j" do Edital, apresentando a fórmula na qual deverá ser calculado cada um dos índices e o limite aceitável de cada um para fins de julgamento.

O índice de Liquidez Geral identifica a capacidade de pagamento da empresa a longo prazo, considerando tudo o que se converterá em dinheiro (a curto e a longo prazo), relacionando com tudo o que a empresa já assumiu como dívida (a curto e a longo prazo).

O índice de Endividamento nos revela o nível de endividamento da empresa, ou seja, o quanto que o ativo esta sendo financiado por capitais de terceiros. Os índices maiores que 1,00 indicam que os capitais de terceiros superam o ativo (bens e direitos).

Os índices estabelecidos para a Licitação em pauta ($LG \geq 1,00$) e (Índice de Endividamento Total – GE $\leq 1,00$) não ferem o disposto no Art. 31, da Lei 8.666/93, e foram estabelecidos no seu patamar mínimo aceitável, para avaliar a saúde financeira da empresa.

Joinville, 10 de abril de 2015.

Rodrigo Coelho

Diretor Presidente



Documento assinado eletronicamente por **RODRIGO COELHO**, **Diretor (a) Presidente**, em 10/04/2015, às 14:39, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://portalsei.joinville.sc.gov.br/> informando o código verificador **0097539** e o código CRC **8FE5BEB9**.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS SEI N° 0098443/2015 - HMSJ.UAD.AGC

Joinville, 13 de abril de 2015.

ESPÉCIE: Aquisição

MODALIDADE: Pregão Eletrônico 006/2015

CONTRATADO: COINTER MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA; DIMACI SC MATERIAL CIRURGICO LTDA; POINT SUTURE DO BRASIL IND. FIOS CIRURG; STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA

OBJETO DA ATA: Aquisição de materiais para sutura e suprimentos cirurgicos

DOTAÇÃO: Cod. reduzido 357

VALOR TOTAL DA ATA DE SRP: R\$ 79.969,36

DATA DA ASSINATURA: 01/04/2015

PRAZO DA VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, contados a partir da sua publicação

CARLOS ALEXANDRE DA SILVA

DIRETOR PRESIDENTE



Documento assinado eletronicamente por **Carlos Alexandre Da Silva, Diretor (a) Presidente**, em 13/04/2015, às 16:53, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://portalsei.joinville.sc.gov.br/> informando o código verificador **0098443** e o código CRC **B26F408E**.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS SEI N° 0095604/2015 - HMSJ.UAD.AGC

Joinville, 07 de abril de 2015.

ESPÉCIE: Aquisição

MODALIDADE: Pregão Presencial 008/2015

CONTRATADO: HOSPFAR INDÚSTRIA E COM. DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA; BIOMEDICAL PROD. CIENTIFICOS MED. HOSP.; COINTER MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA; BRAZIL HEALTH PRODUTOS HOSPITALARES LTDA EPP; DIMACI SC MATERIAL CIRURGICO LTDA.; CEI - COMERCIO EXPORTAÇÃO E IMP. DE MATERIAS MEDICOS LTDA; LABORATÓRIO B. BRAUN S/A. (31.673.254/0007-90); LABORATÓRIOS B. BRAUN S.A. (31.673.254/0001-02); CREMER S.A; GUINEZ INTERNATIONAL COM. REPRESENTAÇÃO E IMP LTDA; STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA

OBJETO DA ATA: Aquisição de cateteres e drenos

DOTAÇÃO: Cod. reduzido 357

VALOR TOTAL DA ATA DE SRP: R\$ 1.028.421,10

DATA DA ASSINATURA: 02/04/2015

PRAZO DA VIGÊNCIA: 12 meses contados a partir da sua publicação

CARLOS ALEXANDRE DA SILVA

DIRETOR PRESIDENTE



Documento assinado eletronicamente por **Carlos Alexandre Da Silva, Diretor (a) Presidente**, em 09/04/2015, às 18:04, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://portalsei.joinville.sc.gov.br/> informando o código verificador **0095604** e o código CRC **2ECDCDD2**.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS SEI Nº 0099781/2015 - IPREVILLE.NAD

Joinville, 15 de abril de 2015.

EXTRATO DA AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO Nº 36/2015

INSTRUMENTO DE CONTRATO

DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 004/2014

FORNECEDOR: PANIFICADORA E MERCEARIA HELENA LTDA. EPP

OBJETO: Fornecimento de gêneros alimentícios.

Item 1: Café

Quantidade: 60 (sessenta) pacotes de 500g

Valor: R\$ 394,80 (Trezentos e noventa e quatro reais e oitenta centavos)

Item 2: Açúcar refinado

Quantidade: 02 (dois) pacotes de 5k

Valor: R\$ 18,64 (Dezoito reais e sessenta e quatro centavos)

Item 3: Leite integral

Quantidade: 02 (duas) caixas com 12 unidades de 1litro

Valor: 53,38 (Cinqüenta e três reais e trinta e oito centavos)

VALOR TOTAL: R\$ 466,82 (Quatrocentos e sessenta e seis reais e oitenta e dois centavos).

REFERENTE: Art. 15, inc. II da Lei n. 8.666/93; Lei n° 10.520, de 17 de julho de 2002 e alterações e Pregão nº 003/2014.

DATA: 12/02/2015.

Marcia Helena Valério Alacon

Diretora-Presidente



Documento assinado eletronicamente por **Niviane Zschornack, Servidor (a) Público (a)**, em 15/04/2015, às 15:58, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://portalsei.joinville.sc.gov.br/> informando o código verificador **0099781** e o código CRC **790D54A2**.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS SEI Nº 0099784/2015 - IPREVILLE.NAD

Joinville, 15 de abril de 2015.

EXTRATO DA AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO Nº 82/2015

INSTRUMENTO DE CONTRATO

DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 010/2014

CONTRATADA: HAPPY VIAGENS E TURISMO LTDA.

OBJETO: Aquisição de passagens aéreas nacionais, passagens rodoviárias interestaduais e intermunicipais.

1 serviço de agenciamento de passagem - R\$ 19,00

REFERENTE: Art. 15, inc. II da Lei n. 8.666/93; Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e alterações e Pregão nº 016/2014.

VALOR TOTAL: R\$ 19,00 (Dezenove reais).

DATA: 18/03/2015.

Marcia Helena Valério Alacon

Diretora-Presidente



Documento assinado eletronicamente por **Niviane Zschornack, Servidor (a) Público (a)**, em 15/04/2015, às 16:03, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://portalsei.joinville.sc.gov.br/> informando o código verificador **0099784** e o código CRC **6AA0772C**.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS SEI Nº 0099785/2015 - IPREVILLE.NAD

Joinville, 15 de abril de 2015.

EXTRATO DA AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO Nº 83/2015

INSTRUMENTO DE CONTRATO

DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 010/2014

CONTRATADA: HAPPY VIAGENS E TURISMO LTDA.

OBJETO: Aquisição de passagens aéreas nacionais, passagens rodoviárias interestaduais e intermunicipais.

6 passagens aéreas nacionais: R\$ 3.021,06

REFERENTE: Art. 15, inc. II da Lei n. 8.666/93; Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e alterações e Pregão nº 016/2014.

VALOR TOTAL: R\$ 3.021,06 (Três mil, vinte e um reais e seis centavos).

DATA: 18/03/2015.

Marcia Helena Valério Alacon

Diretora-Presidente



Documento assinado eletronicamente por **Niviane Zschornack, Servidor (a) Público (a)**, em 15/04/2015, às 16:07, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://portalsei.joinville.sc.gov.br/> informando o código verificador **0099785** e o código CRC **08F02CE3**.

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS SEI Nº 0099790/2015 -
IPREVILLE.NAD**

Joinville, 15 de abril de 2015.

EXTRATO DA AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO Nº 84/2015

INSTRUMENTO DE CONTRATO

DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 010/2014

CONTRATADA: HAPPY VIAGENS E TURISMO LTDA.

OBJETO: Aquisição de passagens aéreas nacionais, passagens rodoviárias interestaduais e intermunicipais.

2 serviços de agenciamento de passagens - R\$ 38,00.

REFERENTE: Art. 15, inc. II da Lei n. 8.666/93; Lei n° 10.520, de 17 de julho de 2002 e alterações e Pregão n° 016/2014.

VALOR TOTAL: R\$ 38,00 (Trinta e oito reais).

DATA: 18/03/2015.

Marcia Helena Valério Alacon

Diretora-Presidente



Documento assinado eletronicamente por **Niviane Zschornack**, **Servidor (a) Público (a)**, em 15/04/2015, às 16:10, conforme a Medida Provisória n° 2.200-2, de 24/08/2001 e o Decreto Municipal n° 21.863, de 30/01/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://portalsei.joinville.sc.gov.br/> informando o código verificador **0099790** e o código CRC **CD84D218**.

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS SEI N° 0099809/2015 -
IPREVILLE.NAD**

Joinville, 15 de abril de 2015.

EXTRATO DA AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO Nº 85/2015**INSTRUMENTO DE CONTRATO****DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 010/2014****CONTRATADA: HAPPY VIAGENS E TURISMO LTDA.****OBJETO:** Aquisição de passagens aéreas nacionais, passagens rodoviárias interestaduais e intermunicipais.

4 passagens aéreas nacionais: R\$ 2.586,80

REFERENTE: Art. 15, inc. II da Lei n. 8.666/93; Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e alterações e Pregão nº 016/2014.**VALOR TOTAL:** R\$ 2.586,80 (Dois mil, quinhentos e oitenta e seis reais e oitenta centavos).**DATA:** 18/03/2015.**Marcia Helena Valério Alacon****Diretora-Presidente**

Documento assinado eletronicamente por **Niviane Zschornack**, **Servidor (a) Público (a)**, em 15/04/2015, às 16:32, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://portalsei.joinville.sc.gov.br/> informando o código verificador **0099809** e o código CRC **81754057**.

EXTRATO DE CONTRATOS SEI Nº 0099312/2015 - SES.UAF.ASU

Joinville, 14 de abril de 2015.

Contrato: 234/2015 - Empresa: Finatto - Comercio Importação e Exportação de Máquinas e Equipamentos Ltda. - Período: 10/04/2015 à 10/06/2017.

Objeto: - Contratação de Empresa para prestação de serviço de locação de multifuncionais com serviço de impressão, digitalização e cópia conforme Pregão Eletrônico 001/2015.

Valor: R\$ 1.135.920,00 (um milhão, cento e trinta e cinco mil novecentos e vinte reais)

Verba: 351 – 2.46002.10.122.1.2.1135.0.339000, 921 – 2.46001.10.304.6.2.1127.0.339000, 334 – 2.46001.10.302.6.2.1121.0.339000, 920 – 2.46001.10.301.6.2.1119.0.339000.

Larissa Grun Brandão Nascimento

Secretária Municipal da Saúde



Documento assinado eletronicamente por **SILVIA CRISTINA BELLO, Coordenador (a)**, em 14/04/2015, às 18:04, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



Documento assinado eletronicamente por **LARISSA GRUN BRANDAO NASCIMENTO, Secretário (a)**, em 14/04/2015, às 18:17, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://portalsei.joinville.sc.gov.br/> informando o código verificador **0099312** e o código CRC **F2B1970E**.

EXTRATO DE CONTRATOS SEI Nº 0099319/2015 - FCJ.UAD

Joinville, 14 de abril de 2015.

FUNDAÇÃO CULTURAL DE JOINVILLE

EXTRATO DE CONTRATO PARA FINS DE PUBLICAÇÃO

TERMO DE CONTRATO Nº 008/2015

DATA: 10/04/2015

BASE LEGAL: Pregão Presencial nº 008/2015

CONTRATADO: FINATTO - COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA

OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviço de locação de multifuncionais com serviço de impressão, digitalização e cópia.

VALOR: R\$ 65.760,00 (sessenta e cinco mil setecentos e sessenta reais).

PRAZO: 26 (vinte e seis) meses.

Rodrigo Coelho

Diretor Presidente



Documento assinado eletronicamente por **RODRIGO COELHO, Diretor (a) Presidente**, em 14/04/2015, às 22:12, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://portalsei.joinville.sc.gov.br/> informando o código verificador **0099319** e o código CRC **7B55007C**.

EXTRATO DE CONTRATOS SEI Nº 0098923/2015 - SAP.USU.ACO

Joinville, 14 de abril de 2015.

O Município de Joinville através da Unidade de Suprimentos da Secretaria de Administração e Planejamento leva ao conhecimento dos interessados o Extrato do Contrato nº 181/2015. Empresa Contratada: **FINATTO – COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA.**, CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE MULTIFUNCIONAIS, COM SERVIÇO DE IMPRESSÃO, DIGITALIZAÇÃO E CÓPIA. Secretaria de Administração e Planejamento, no valor de R\$ 1.101.840,00 (Um milhão, cento e um mil, oitocentos e quarenta reais).



Documento assinado eletronicamente por **MIGUEL ANGELO BERTOLINI, Secretário (a)**, em 14/04/2015, às 19:28, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



Documento assinado eletronicamente por **DANIELA CIVINSKI NOBRE, Diretor (a) Executivo (a)**, em 15/04/2015, às 11:10, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://portalsei.joinville.sc.gov.br/> informando o código verificador **0098923** e o código CRC **F545D9BC**.

EXTRATO DE CONTRATOS SEI Nº 0098941/2015 - SAP.USU.ACO

Joinville, 14 de abril de 2015.

O Município de Joinville através da Unidade de Suprimentos da Secretaria de Administração e Planejamento leva ao conhecimento dos interessados o Extrato do Contrato nº 185/2015. Empresa Contratada: **FINATTO – COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA.**, CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE MULTIFUNCIONAIS, COM SERVIÇO DE IMPRESSÃO, DIGITALIZAÇÃO E CÓPIA. Fundação Municipal de Desenvolvimento Rural 25 de Julho, no valor de R\$ 30.720,00 (Trinta mil, setecentos e vinte reais).



Documento assinado eletronicamente por **MIGUEL ANGELO BERTOLINI, Secretário (a)**, em 14/04/2015, às 19:27, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



Documento assinado eletronicamente por **DANIELA CIVINSKI NOBRE, Diretor (a) Executivo (a)**, em 15/04/2015, às 11:10, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://portalsei.joinville.sc.gov.br/> informando o código verificador **0098941** e o código CRC **0F448C58**.

EXTRATO DE CONTRATOS SEI Nº 0098948/2015 - SAP.USU.ACO

Joinville, 14 de abril de 2015.

O Município de Joinville através da Unidade de Suprimentos da Secretaria de Administração e Planejamento leva ao conhecimento dos interessados o Extrato do Contrato nº 184/2015. Empresa Contratada: **FINATTO – COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA.**, CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE MULTIFUNCIONAIS, COM SERVIÇO DE IMPRESSÃO, DIGITALIZAÇÃO E CÓPIA. Fundação Turística de Joinville, no valor de R\$ 41.760,00 (Quarenta e um mil, setecentos e sessenta reais).



Documento assinado eletronicamente por **MIGUEL ANGELO BERTOLINI, Secretário (a)**, em 14/04/2015, às 19:27, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



Documento assinado eletronicamente por **DANIELA CIVINSKI NOBRE, Diretor (a) Executivo (a)**, em 15/04/2015, às 11:10, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://portalsei.joinville.sc.gov.br/> informando o código verificador **0098948** e o código CRC **698F05D5**.

EXTRATO DE CONTRATOS SEI N° 0098937/2015 - SAP.USU.ACO

Joinville, 14 de abril de 2015.

O Município de Joinville através da Unidade de Suprimentos da Secretaria de Administração e Planejamento leva ao conhecimento dos interessados o Extrato do Contrato n° 182/2015. Empresa Contratada: **FINATTO – COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA.**, CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE MULTIFUNCIONAIS, COM SERVIÇO DE IMPRESSÃO, DIGITALIZAÇÃO E CÓPIA. FUNDAMAS, no valor de R\$ 45.600,00 (Quarenta e cinco mil e seiscentos reais).



Documento assinado eletronicamente por **MIGUEL ANGELO BERTOLINI, Secretário (a)**, em 14/04/2015, às 19:26, conforme a Medida Provisória n° 2.200-2, de 24/08/2001 e o Decreto Municipal n° 21.863, de 30/01/2014.



Documento assinado eletronicamente por **DANIELA CIVINSKI NOBRE, Diretor (a) Executivo (a)**, em 15/04/2015, às 11:10, conforme a Medida Provisória n° 2.200-2, de 24/08/2001 e o Decreto Municipal n° 21.863, de 30/01/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://portalsei.joinville.sc.gov.br/> informando o código verificador **0098937** e o código CRC **A8EAA5EB**.

EXTRATO DE CONTRATOS SEI N° 0098932/2015 - SAP.USU.ACO

Joinville, 14 de abril de 2015.

O Município de Joinville através da Unidade de Suprimentos da Secretaria de Administração e Planejamento leva ao conhecimento dos interessados o Extrato do Contrato n° 183/2015. Empresa Contratada: **FINATTO – COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA.**, CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE MULTIFUNCIONAIS,

COM SERVIÇO DE IMPRESSÃO, DIGITALIZAÇÃO E CÓPIA. PROCON, no valor de R\$ 12.000,00 (Doze mil reais).



Documento assinado eletronicamente por **MIGUEL ANGELO BERTOLINI, Secretário (a)**, em 14/04/2015, às 19:25, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



Documento assinado eletronicamente por **DANIELA CIVINSKI NOBRE, Diretor (a) Executivo (a)**, em 15/04/2015, às 11:09, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://portalsei.joinville.sc.gov.br/> informando o código verificador **0098932** e o código CRC **96C2F750**.

EXTRATO DE CONTRATOS SEI N° 0098928/2015 - SAP.USU.ACO

Joinville, 14 de abril de 2015.

O Município de Joinville através da Unidade de Suprimentos da Secretaria de Administração e Planejamento leva ao conhecimento dos interessados o Extrato do Contrato nº 186/2015. Empresa Contratada: **FINATTO – COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA.**, CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE MULTIFUNCIONAIS, COM SERVIÇO DE IMPRESSÃO, DIGITALIZAÇÃO E CÓPIA. Secretaria de Educação, no valor de R\$ 3.657.840,00 (Três milhões, seiscentos e cinquenta e sete mil, oitocentos e quarenta reais).



Documento assinado eletronicamente por **MIGUEL ANGELO BERTOLINI, Secretário (a)**, em 14/04/2015, às 19:25, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



Documento assinado eletronicamente por **DANIELA CIVINSKI NOBRE, Diretor (a) Executivo (a)**, em 15/04/2015, às 11:09, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://portalsei.joinville.sc.gov.br/> informando o código verificador **0098928** e o código CRC **E10D4AD1**.

EXTRATO DE CONTRATOS SEI Nº 0099701/2015 - IPREVILLE.NAD

Joinville, 15 de abril de 2015.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 004/2015

CONTRATADA: TOPCON CONSTRUÇÕES LTDA. EPP

OBJETO: Contratação de pessoa jurídica para reforma das instalações físicas dos sanitários públicos da Estação Rodoviária de Joinville, conforme especificações constantes no Memorial Descritivo, Cronograma Físico-Financeiro, Planilha Orçamentária e demais documentação, todos integrantes do Edital de Tomada de Preços nº 004/2015.

REFERENTE: Lei 8.666/93 e alterações e Tomada de Preços 004/2015.

VALOR TOTAL: R\$ 246.945,43 (Duzentos e quarenta e seis mil, novecentos e quarenta e cinco reais e quarenta e três centavos).

PRAZO DE EXECUÇÃO: 06 (seis) meses, contados da assinatura do contrato.

VIGÊNCIA: Até 31/12/2015, observada a vigência do crédito orçamentário.

DATA: 06/04/2015.

Rita de Oliveira Silva Fróes

Diretora-Presidente em Exercício



Documento assinado eletronicamente por **RITA DE OLIVEIRA SILVA FROES, Diretor(a) Presidente em Exercício**, em 15/04/2015, às 15:03, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://portalsei.joinville.sc.gov.br/> informando o código verificador **0099701** e o código CRC **FAC48F54**.

EXTRATO DE CONTRATOS SEI Nº 0099716/2015 - IPREVILLE.NAD

Joinville, 15 de abril de 2015.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 005/2015

CONTRATADA: OENING E MATTEUSSI INFORMÁTICA LTDA. ME

OBJETO: Contratação de pessoa jurídica especializada em serviços de processamento de dados para realização de Eleição Eletrônica dos membros dos Conselhos Administrativo e Fiscal do Ipreville, que acontecerá no período de **07 a 09 de julho de 2015**, sendo que as inscrições dos candidatos deverão ser realizadas no período de **04 a 08 de maio de 2015**.

REFERENTE: Lei 8.666/93 e alterações e Dispensa 007/2015.

VALOR TOTAL: R\$ 7.950,00 (Sete mil, novecentos e cinqüenta reais)

PRAZO DE EXECUÇÃO: 06 (seis) meses, contados da assinatura do contrato.

VIGÊNCIA: Até 31/12/2015, observada a vigência do crédito orçamentário.

DATA: 06/04/2015.

Rita de Oliveira Silva Fróes

Diretora-Presidente em Exercício



Documento assinado eletronicamente por **RITA DE OLIVEIRA SILVA FROES, Diretor(a) Presidente em Exercício**, em 15/04/2015, às 15:02, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://portalsei.joinville.sc.gov.br/> informando o código verificador **0099716** e o código CRC **D22499C5**.

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO, SEI Nº 0099232/2015 - SEGOV.UAD

COMPANHIA ÁGUAS DE JOINVILLE

HOMOLOGAÇÃO - CONCORRÊNCIA Nº 013/2015

Homologo o processo licitatório levado a efeito através da **Concorrência nº 013/2015**, cujo objeto é a **Contratação de Empresa de Engenharia para a Elaboração de Projetos Básicos e Executivos das Demandas Apontadas no Plano Diretor de Água do Município de Joinville/SC**, bem como os julgamentos efetuados pela Comissão Especial de Licitação e pela Comissão Permanente de Licitações, **ADJUDICANDO** o objeto licitado para a empresa

SERENCO SERVIÇOS DE ENGENHARIA CONSULTIVA LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº **75.091.074/0001-80**, pelo valor total de **R\$ 1.964.633,74 (hum milhão, novecentos e sessenta e quatro mil, seiscentos e trinta e três reais e setenta e quatro centavos)**.

Joinville/SC, 13 de abril de 2015.

ROBERTO LUIZ CARNEIRO

Diretor Presidente



Documento assinado eletronicamente por **Roberto Luiz Carneiro**, **Usuário Externo**, em 15/04/2015, às 09:55, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://portalsei.joinville.sc.gov.br/> informando o código verificador **0099232** e o código CRC **21482D6C**.

AVISO DE LICITAÇÃO, SEI Nº 0098216/2015 - SAP.UPR

O Município de Joinville através da Unidade de Suprimentos da Secretaria de Administração e Planejamento leva ao conhecimento dos interessados que em conformidade com o que preceitua a Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, fará realizar o procedimento licitatório de **Tomada de Preços nº 045/2015** destinado à **contratação de empresa de engenharia para recuperação e restauração do Museu Casa Fritz Alt - Convênio de repasse nº 324.012-87/2010**, na Data/Horário: 04/05/2015 às 09 horas, para recebimento e abertura dos invólucros. O edital encontra-se à disposição dos interessados no site www.joinville.sc.gov.br no link licitações.



Documento assinado eletronicamente por **DANIELA CIVINSKI NOBRE, Diretor (a) Executivo (a)**, em 13/04/2015, às 16:09, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



Documento assinado eletronicamente por **MIGUEL ANGELO BERTOLINI, Secretário (a)**, em 13/04/2015, às 18:26, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://portalsei.joinville.sc.gov.br/> informando o código verificador **0098216** e o código CRC **15228BF2**.

ERRATA SEI N° 0099425/2015 - AMAE.UAD

Joinville, 15 de abril de 2015.

ERRATA

O Presidente da Agência Municipal de Regulação dos Serviços de Água e Esgotos de Joinville – AMAE, torna pública a Errata referente à PORTARIA N° 001/2015, publicada pela Agência Municipal de Regulação dos Serviços de Água e Esgotos de Joinville.

Onde se lê:

Art. 1º - Compôr Comissão Permanente para recebimento, análise e julgamento das propostas das Licitações, de acordo com a Lei Municipal 7.040 de 20 de outubro de 2011.

Presidente de Comissão e Pregoeira: Eliane Maria Vieira

Membros Equipe de Apoio: Jeane Regina da Silva

Tatiana Bertolini

Leia-se:**Designa:**

Art. 1º - Para compôr, **interinamente**, a Comissão Permanente, a servidora **Tatiana Bertolini, matrícula 45**, para recebimento, análise e julgamento das propostas das Licitações, de acordo com a Lei Municipal 7.040 de 20 de outubro de 2011, em substituição a servidora **Cecília Mari Shoji, matrícula 9**, em virtude de licença à gestante.

Joinville/SC, 15 de abril de 2015.

Marcos Luiz Krelling
Diretor Presidente



Documento assinado eletronicamente por **Marcos Luiz Krelling, Diretor (a) Presidente**, em 15/04/2015, às 10:31, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://portalsei.joinville.sc.gov.br/> informando o código verificador **0099425** e o código CRC **5B42C4EC**.

ERRATA SEI Nº 0097727/2015 - SEGOV.UAD

Joinville, 10 de abril de 2015.

ERRATA

DECRETO Nº 24.727, de 02 de abril de 2015, publicado no Diário Oficial Eletrônico do Município de Joinville nº 183 de 08 de abril de 2015.

Onde se lê:

DECRETO Nº 24.727, de 02 de abril de 2015.

Leia-se:

DECRETO Nº 24.272 de 02 de abril de 2015.

Rosane Bonessi Dias

Secretária de Gestão de Pessoas



Documento assinado eletronicamente por **ROSANE BONESSI DIAS, Secretário (a)**, em 14/04/2015, às 14:05, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



Documento assinado eletronicamente por **RODRIGO COELHO**,
Prefeito em Exercício, em 14/04/2015, às 22:40, conforme a Medida
Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001 e o Decreto Municipal nº 21.863,
de 30/01/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site
<https://portalsei.joinville.sc.gov.br/> informando o código verificador **0097727** e o
código CRC **4EABB0C4**.

ERRATA SEI N° 0097208/2015 - HMSJ.UAD.AGC

Joinville, 09 de abril de 2015.

Pregão Presencial 048/2013

Contrato 049/2013

2º Termo Aditivo

Na publicação feita no Jornal do Município 126, datado em 13 de Janeiro de 2015.

Onde lê-se:

...

MODALIDADE: Pregão Presencial 031/2013

CONTRATO: 042/2013

Leia-se:

...

MODALIDADE: Pregão Presencial 048/2013

CONTRATO: 049/2013

Carlos Alexandre da Silva

Diretor Presidente



Documento assinado eletronicamente por **Carlos Alexandre Da Silva, Diretor (a) Presidente**, em 13/04/2015, às 16:53, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://portalsei.joinville.sc.gov.br/> informando o código verificador **0097208** e o código CRC **22B4E7FA**.

ERRATA SEI N° 0098564/2015 - HMSJ.UAD.AGC

Joinville, 13 de abril de 2015.

Pregão Presencial 039/2013

Contrato 019/2013

2º Termo Aditivo

Na publicação feita no Jornal do Município 126, datado em 13 de Janeiro de 2015.

Onde lê-se:

...

Valor total do Contrato: R\$ 16.000,00

Leia-se:

...

Valor total do Contrato: R\$192.000,00

Carlos Alexandre da Silva

Diretor Presidente



Documento assinado eletronicamente por **Carlos Alexandre Da Silva, Diretor (a) Presidente**, em 13/04/2015, às 16:53, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://portalsei.joinville.sc.gov.br/> informando o código verificador **0098564** e o código CRC **91041BB1**.

ERRATA SEI N° 0098572/2015 - HMSJ.UAD.AGC

Joinville, 13 de abril de 2015.

PREGÃO PRESENCIAL 039/2013

PROCESSO N° 000060_2013

CONTRATO N° 019/2013

OBJETO: SERVIÇO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA PROGRAMADA E CORRETIVA ILIMITADA, COM FORNECIMENTO DE PEÇAS, EXCETO VÁLVULAS KLYSTRON E GUIA DE ONDA, EM ACELERADOR LINEAR, MARCA SIEMENS MODELO PRIMUS HI N.º SÉRIE 5526

O Hospital Municipal São José retifica a redação do cabeçalho de um dos Termos Aditivos ao Contrato nº 019/2013, firmado em 07/11/2014, que adita o prazo do Contrato:

Onde se lê:

PREGÃO PRESENCIAL N.º 039/2013

PROCESSO 000060_2013

CONTRATO N.º 019/2013

OBJETO: SERVIÇO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA PROGRAMADA E CORRETIVA ILIMITADA, COM FORNECIMENTO DE PEÇAS, EXCETO VÁLVULAS KLYSTRON E GUIA DE ONDA, EM ACELERADOR LINEAR, MARCA SIEMENS MODELO PRIMUS HI N.º SÉRIE 5526

TERCEIRO TERMO ADITIVO

Leia-se:

PREGÃO PRESENCIAL N.º 039/2013

PROCESSO 000060_2013

CONTRATO N.º 019/2013

OBJETO: SERVIÇO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA PROGRAMADA E CORRETIVA ILIMITADA, COM FORNECIMENTO DE PEÇAS, EXCETO VÁLVULAS KLYSTRON E GUIA DE ONDA, EM ACELERADOR LINEAR, MARCA SIEMENS MODELO PRIMUS HI N.º SÉRIE 5526

SEGUNDO TERMO ADITIVO

A redação do Termo Aditivo permanece a mesma

Joinville, 02 de Janeiro de 2015.

Carlos Alexandre da Silva

Diretor Presidente



Documento assinado eletronicamente por **Carlos Alexandre Da Silva, Diretor (a) Presidente**, em 13/04/2015, às 16:53, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://portalsei.joinville.sc.gov.br/> informando o código verificador **0098572** e o código CRC **CDBAEA4F**.

RESOLUÇÃO SEI Nº 0097697/2015 - SAS.UAC

Joinville, 10 de abril de 2015.

RESOLUÇÃO 003/2015 CMDCA

Determina prazo de seis meses para efetivação de projetos governamentais contemplados nos Editais do FMDCA de 2013 e 2014.

A plenária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA de Joinville, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas por lei e após deliberação dos Conselheiros do CMDCA, presentes em reunião ordinária realizada no dia 12 de Março de 2015;

Considerando:

- A Resolução N.9 de 2014 do CMDCA de 13 de Fevereiro de 2014, que fixa prazo máximo para repasse dos recursos do FMDCA para os projetos não governamentais pela municipalidade;
- Que há projetos governamentais contemplados pelos editais de 2013 e 2014; lançados por este Conselho de Direitos, e que ainda não conseguiram ser efetivados por razões diversas;

- Que os recursos para estes projetos governamentais estão empenhados para efetivação destas ações, e que não acontecendo as licitações necessárias para suas efetivações, ficam os recursos empenhados em uma conta bancária, sem ser usado, na garantia dos direitos da criança e do adolescente de Joinville;
- Que a criança e o adolescente goza legal e constitucionalmente da prioridade, da primazia, da precedência, da preferência e da destinação privilegiada das ações e recursos públicos em todas suas esferas e níveis (Artigo 227 da CF e Artigo 4 do ECA).

RESOLVE :

Art. 1. Que a contar da data de publicação desta Resolução, será dado 180 dias corridos, como prazo último, para efetivação dos projetos governamentais contemplados com recursos do FMDCA;

Art. 2. A partir da data de 1º de outubro de 2015, todos os recursos provisionados para projetos governamentais contemplados com Recursos do FMDCA até a presente data; e que ainda não iniciaram sua efetivação; sejam desempenhados em favor do próprio Fundo da Criança.

Art. 3. Além da retomada dos Recursos, que se expeça sindicância interna na Prefeitura Municipal para apurar e orientar os responsáveis e que a Controladoria Municipal emita relatório conclusivo a este Conselho de Direito até 1 de dezembro de 2015.

Art. 4. O não respeito a esta Resolução acarretará em comunicação incontinentem ao Ministério Público para providências cabíveis.

José Carlos Eloy Martins

Presidente do CMDCA



Documento assinado eletronicamente por **José Carlos Eloy Martins**, **Usuário Externo**, em 13/04/2015, às 00:20, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://portalsei.joinville.sc.gov.br/> informando o código verificador **0097697** e o código CRC **D8724EF8**.

RESOLUÇÃO SEI Nº 0097675/2015 - SAS.UAC

Joinville, 10 de abril de 2015.

RESOLUÇÃO 02/15 - CMDCA

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no uso de suas atribuições legais e regimentais, conferidas pela Lei 3725/98, em Reunião Ordinária, realizada no dia 12/03/2015;

Resolve AUTORIZAR e REQUISITAR:

- A liberação de recursos no valor de até R\$ 83,00 (Oitenta e Três Reais) a ser utilizado na diária da Conselheira Marislei Izabel Richter, em viagem com destino à Bombinhas no dia 17/04/15, para participação na Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente daquele Município.

José Carlos Eloy Martins

Presidente do CMDCA



Documento assinado eletronicamente por **José Carlos Eloy Martins, Usuário Externo**, em 13/04/2015, às 00:16, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://portalsei.joinville.sc.gov.br/> informando o código verificador **0097675** e o código CRC **467705E6**.
